

TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 19

SESSÃO ORDINÁRIA

28 DE JUNHO DE 2021

APROVADA POR MAIORIA DE VOTOS DOS MEMBROS PRESENTES NESSA REUNIÃO

NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10/12/2021.

Handwritten initials and signature in blue ink.

-----Aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e um, pelas 09h30, no Cine-Teatro de Torre de Moncorvo, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia: -----

1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 26 de Abril de 2021; -----

1.2 Informação de Correspondência; -----

1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município; -----

2 – Período da Ordem do Dia: -----

• **Ponto 1** – Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara [(alínea c) do n.º 2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013];-----

• **Ponto 2** – Protocolo para constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes; -----

• **Ponto 3** – Contratação de Empréstimo até 784.093,58€ para Construção / Reparação / Beneficiação de Habitações no âmbito do Programa 1.º Direito – Programa de Apoio ao acesso à Habitação;-----

• **Ponto 4** – Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2020;-----

• **Ponto 5** – 1.ª Revisão: ao Orçamento da Receita; ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos;-----

• **Ponto 6** – Consolidação de Contas do ano de 2020;-----

• **Ponto 7** – Requerimento do Deputado José Aires: 12/2021. -----

3 – Período de Intervenção do Público. -----

M. A.
M

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: -----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Lucinda João Afonso Carpinteiro; -----

-----Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes;-----

-----Ana Luísa Leonardo Gil;-----

-----André José Fernandes Santos *(Em substituição do deputado João Augusto Leal Leonardo)*; -----

-----Cristina Alexandra Pantaleão Trindade *(Em substituição do deputado Manuel José Dinis)*; -----

-----Luís João Fernandes Dias; -----

-----Ângelo Miguel Jorge Oliveira *(Em substituição do deputado Pedro Miguel Pinto Carrasqueira)*;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais -----

-----Alexandre Correia Martins – Freguesia de Horta da Vilaria; -----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos de Sá Meneses – Freguesia de Torre de Moncorvo; -----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras Maçores;-----

-----Luísa Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo; -----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha Cardanha;-----

-----Sara Marisa Bento Abreu – Tesoureira - União de Freguesias de Felgar Souto da Velha;-----

-----Válter José Cordeiro Andrade - Freguesia de Açoreira.-----

-----**Do Partido Socialista (PS):** -----

----- António Eduardo Carvalho; -----

-----João Miguel Pinto Pavão; -----

-----José Manuel Rodrigues Aires;-----

----- Fausto Edmundo Tiago;-----

-----António Júlio Andrade; -----

----- **Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----António Júlio Sá Andrade – Freguesia de Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

-----Maria Amélia Madaleno Cabeleira – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos.-

Verificou-se a presença de vinte e seis membros que compõem esta Assembleia Municipal. -----

Handwritten initials in blue ink.

Constituíram a Mesa: -----

Luís Miranda Rei – Presidente de Mesa;-----

Ana Luísa Leonardo Gil – 1.ª Secretária; -----

Lucinda João Afonso Carpinteiro – 2.ª Secretária.-----

-----A **CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira e a Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Meneses. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro. -----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Temos a faltar sete deputados. Já temos quórum. Neste momento estão presentes vinte e um membros. -----

Sendo assim, iríamos ao primeiro ponto do Período de antes da ordem do dia. -----

----- **1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1.1 — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE ABRIL DE 2021. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Quem pretende pronunciar-se sobre este ponto? Penso que não há inscrições, passamos à votação. Neste ponto, só podem votar os Srs. Deputados que estiveram presentes na última Assembleia. O Sr. Deputado Ângelo Oliveira, André Santos, Cristina Trindade, António Martins, Sara Abreu e Helena Bernardino não podem votar, porque não estiveram presentes. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por maioria, com 19 votos a favor, dos membros presentes na reunião anterior, aprovar a “Ata da sessão ordinária de 26 de Abril de 2021”.** -----

16.10
Ay

-----**O Presidente de Mesa:** Acabou de entrar os Senhores Deputados Afonso Menezes e Deputado e Presidente da Junta António Manuel Martins. -----

PONTO 1.2 — INFORMAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----Resumo da correspondência recebida, registada sob os números 218/2021 a 373/2021 inclusive. -----

-----**O Presidente de Mesa:** O Ponto n.º 1.2 é a habitual informação da correspondência, que está disponível para consulta. -----

PONTO 1.3 — ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO. ---

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Fausto Edmundo Tiago** (PS) e **João Pavão** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Temos duas inscrições. Dava a palavra ao Sr. Deputado Fausto Tiago. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** (*Intervenção inaudível*) não cativamos as pessoas, muitas vezes incomodamos, muitas vezes ameaçamos. Acho que isso ????. Nós temos que, quer de um lado, quer do outro, convocar os melhores ??? porque se os melhores não quiserem fazer parte ??? a democracia local degrada-se, e degrada-se cada vez mais. Eu penso que nós devíamos ter uma atitude proativa, no sentido de chamar, efetivamente, quem interprete bem a causa pública, porque nós vemos, quando vamos falar com as pessoas, as pessoas alegam sempre que não podem porque o familiar A trabalha em tal sítio e pode ser prejudicado por isso, o familiar B tem pretensão a determinado lugar, e pode vir a ser prejudicado por isso. Nós temos, de uma vez por todas, que acabar com estas situações. Eu não estou a dizer que é do PSD que eu falo, eu falo dos dois Partidos que, a nível autárquico, e principalmente nesta região, só o PS e PSD é que contam ????. -----

Se nós não tivermos essa atitude, o que é que vai acontecer? A médio e longo prazo, as coisas vão degradar-se cada vez mais. Só quem não está no terreno é que não tem consciência disso. Este ano, ainda há bem pouco tempo, tive essa experiência concreta, as pessoas estão

11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100.

completamente a leste das eleições autárquicas. E por quê? Porque, de facto, não há incentivos, não há incentivos no sentido de haver reconhecimento por desempenhar estas funções. E uma das principais causas são os míseros euros que, por exemplo, os elementos de uma Junta de Freguesia recebem. Quem é que se sente cativado? Quem é que quer estar sujeito ao escrutínio público permanente, para receber uns míseros 300€? É muito complicado. E assim, com as atitudes que muitas vezes nós tomamos, com os incentivos que há por parte da Administração Central, no sentido de valorizar, remunerar condignamente estas atividades – porque, de facto, nós somos o pilar básico da democracia. Quando as Juntas de Freguesia, que são a base da pirâmide, não funcionam bem, tudo o resto fica inquinado. E nós, que temos alguma responsabilidade política, devemos incentivar os melhores a participar, a integrarem as listas. -- Eu fiz parte da Direção de uma associação, de um lar, e na altura era Presidente da Junta, e as funcionárias, muitas vezes, algumas que eram da Freguesia de Maçores, criticavam a atividade da Junta de Freguesia. E eu, por intermédio da pessoa que contactava com elas, dizia-lhes para elas se candidatarem, para apresentarem propostas. E podem dizer assim: “Estás a falar, ninguém sabe se foi, ou não.” Há testemunhas, ainda estão lá as funcionárias hoje, podem testemunhar que eu incentivava as pessoas – eu, por interposta pessoa – a integrarem as listas da Oposição. -----

Portanto, tanto defendo a democracia na Oposição, como exercendo o poder. E nós, aqueles que achamos que temos capacidade para interpretar a causa pública, devemos candidatar-nos, não devemos ter medo de perder, porque na democracia, tanto se perde, como se ganha; tão digno é perder como é ganhar, têm é que as pessoas ir para esta atividade tentando defender sempre o interesse público. E nós – eu não sou do Partido, mas sou socialista, e toda a vida fui, e toda a vida continuarei a ser – nós, socialistas e sociais democratas, temos a obrigação de incentivar os melhores, de os cativar, de não exercer pressão no sentido de não fazer parte das listas, porque isso acontece, e toda a gente sabe que acontece. Não vamos aqui acusar ninguém, mas todos sabemos que isso acontece. Isso é mau para a democracia. -----

E eu lanço daqui um apelo, quer para o PS, quer para o PSD, no sentido de incentivarem os melhores a integrarem as listas, quer sejam do PS, quer sejam do PSD. Tanto se defende a democracia na Oposição, como no Poder. Eu acho que esta é uma posição que nós devemos, de uma vez por todas, assumir, trazer para a política os melhores. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado João Pavão.-----

-----**O Deputado João Pavão:** Ora, muito bom dia, Sr. Presidente, estimada Mesa, estimado Presidente do Município, estimados Vereadores, estimados Presidentes de Junta, estimados deputados, estimados colaboradores do Município, estimado público. -----

Aqui, relativamente aos assuntos relevantes do Município, tivemos, no passado mês de maio, o lançamento do estudo de reativação da Linha do Douro. Esse é um projeto que trará alavancagem económica, turística e social para o Concelho de Torre de Moncorvo, mas também para toda a região do Douro Superior. -----

E pegando no que falámos na última Assembleia, nos quatro locais de desenvolvimento turístico, económico e social de Torre de Moncorvo, que na minha opinião são as minas de ferro, o Parque Empresarial da Junqueira, a potencial reativação da Linha do Douro, mas também os Lagos do Sabor, neste último, nos Lagos do Sabor, perguntar ao Sr. Presidente e ao Executivo – se for possível já responder a esta pergunta, porque é importante para a captação de investimento e fixação de pessoas – saber como é que está a componente do ordenamento dos Lagos do Sabor – ou seja, não só o Plano de Defesa de Navegação, mas também como está o Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica. Sabemos que os Lagos do Sabor têm uma alta projeção a nível publicitário, podem vir a ser um foco de interesse turístico, sabemos também que já têm um cais, ou uma fluvina projetada, julgo que para a zona do Felgar – não sei se é na zona do Felgar – julgo também que iremos ter eventos desportivos internacionais em breve, o que servirá para potenciar não só toda esta região, e como estamos em altura da denominada “bazuca” – ontem foi a “bazuca” que nos derrotou, que veio de Bruxelas, contra a Bélgica – temos uma “bazuca” que nos pode ajudar a potenciar a economia, e que está aí a chegar, e saber se no âmbito da CIMDouro, e também da CIM de Trás-os-Montes – que os Lagos do Sabor abrangem também a CIM de Trás-os-Montes, se está planeada alguma candidatura ao PROVER, ou algo oriundo dos fundos comunitários, para desenvolver todas estas infraestruturas. -----

E só aqui também a título de curiosidade, está o Portal da Transparência publicado há um ano, Portal da Transparência que permite ver os fundos comunitários executados por concelho. Na CIMDouro, tivemos a execução de 504.000.000€, contra os 300.000.000€ da CIM de Trás-os-Montes. Em Torre de Moncorvo foram desenvolvidos 16.800.000€ neste quadro comunitário, o que dá, pondo a sete anos, 3.000.000€ por ano. Para termos também a noção, no território da Associação de Municípios do Douro Superior, tivemos 98.100.000€ executados, o que dá, mais ou menos, 14.000.000€ por ano, no território. -----

E agora, voltando ao assunto da “bazuca”, sabemos que vamos ter, até 2029, 50.000.000.000€ para executar, sabemos que o PRR tem três dimensões – a resiliência, a transição climática e a transição digital – e saber aqui o que é que o Governo já aferiu com as autarquias, ou com os Municípios – autarquias envolvem as CIM’s, as Juntas e os Municípios – saber como é que este investimento vai ser executado. -----



Eram estas as perguntas. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom dia a todos. Sr. Presidente da Mesa, na sua pessoa, cumprimento todos os Srs. Deputados, os Srs. Presidentes de Junta, colegas de Vereação, Srs. Funcionários do Município, e público aqui presente. -----

Começando pela intervenção do Sr. Deputado Fausto Tiago, dizer-lhe que concordo na plenitude com o que acabou de dizer, e está na hora de passarmos, então, à prática, em vez das palavras. Quanto às perguntas que o Sr. Deputado João Pavão aqui fez, era um dos temas que eu aqui trazia, dos 16.800.000€ que o Município de Torre de Moncorvo conseguiu executar neste quadro, ao que acresce os 14.000.000€ - sendo que nesses 14.000.000€ estão os Municípios do Douro Superior. -----

Nos Lagos do Sabor, tivemos agendada, e uma reunião efetiva com a CCDR. A nossa intenção é, tal como foi aqui neste mesmo local dito pelo Sr. Primeiro Ministro, pelo Sr. Ministro do Ambiente, pelo Sr. Ministro da Agricultura, e por uma série de Secretários de Estado – os quais tantos eram que não consigo dizer um a um – era essencial termos um PROVER para os Lagos do Sabor, sendo que o montante fixado para os Lagos do Sabor é de 56.000.000€. Nesses 56.000.000€, depois há uma série de investimentos que são feitos pelos Municípios individualmente, e nos quais, em termos de Torre de Moncorvo, para além dos percursos pedestres, e dos percursos automóveis, e dos miradouros, temos, não uma, mas duas fluminas que vão ser lançadas a concurso brevemente, já estão aprovadas, e uma terceira que está a ser estudada, que é no Larinho. Ou seja, as que vão ser lançadas são na Cardanha e no Felgar, já com estudo prévio; a terceira, precisamos aqui de uma ajuda, porque a pergunta que fez sobre o planeamento, aguarda ainda esse mesmo planeamento por parte da APA. A APA já devia ter apresentado, há quatro ou cinco anos, o Plano de Ordenamento, hoje já não é Plano de Ordenamento, já foi alterado, já tem outro nome, mas nós estamos em crer que agora, que foi entregue a uma empresa privada, a qual é, de alguma forma, subsidiada ainda pela EDP, e manter-se-á pela Movera, que este Plano de Ordenamento da Albufeira será concretizado a breve trecho. Neste momento, o que está é que dentro de um mês, ou dois, será enviado para as autarquias, para verem ponto por ponto aquilo que é a proposta desta empresa para a Agência Portuguesa do Ambiente. -----

Estão previstos também nos Lagos do Sabor, por parte do Município de Torre de Moncorvo, um campeonato nacional de pesca, a Taça Ibérica, e o campeonato do mundo. O campeonato do mundo, como sabem, é feito a pensar a seis anos, iniciaremos com provas desportivas nacionais,

14
A
M

depois campeonato e taça nacional, taça ibérica e campeonato do mundo. Está protocolado com a Federação Portuguesa de Pesca, e espero que assim suceda. -----

É importante também dizer-vos que temos agendado, em termos dos Lagos do Sabor, algo que para nós é muito importante, e que aproveitarei para referir aqui dois assuntos. O primeiro tem a ver com o regadio, e está agendada para dia 5 ou dia 6, com a Sra. Ministra da Agricultura, a possibilidade de potenciar os Lagos também para o regadio. Nós não tínhamos isso, e não tínhamos porque no Plano de Ordenamento da Albufeira o regadio estava fora – como aqui foi dito também, na presença do Sr. Primeiro Ministro, que não entendíamos por que é que estava fora o regadio naquela massa de água. Isto tem a ver com uma reunião que o Sr. Chefe de Gabinete teve também com a Direção Regional de Agricultura para o desenvolvimento do projeto do regadio, mas esse, do outro lado do concelho, que vai de Maçores a Peredo dos Castelhanos. Esse é um projeto que está já a ser desenvolvido pela entidade – o Sr. Chefe de Gabinete está aqui na qualidade de Presidente de Junta, não de Chefe de Gabinete, mas se quiser dar-nos algumas indicações, poderá dar. Este é completamente à parte, é tentarmos no plano que vai ser apresentado à APA, podermos também ter ali uma parte para o regadio, que, como volto a dizer, na DIA não estava previsto. -----

Basicamente, é isto que temos, esperando que no dia 5 ou dia 6, com a Sra. Ministra da Agricultura, possamos ter algumas destas respostas, a contento daquilo que queremos. E portanto, estou em crer que até meados de agosto, as duas fluvinas previstas estarão concluídas – é assim que está – e na terceira, que possamos ter da APA uma boa abertura, porque no local onde está, está prevista a entrada para os campeonatos nacionais e para os campeonatos do mundo, que será prevista para o Larinho. Portanto, não pode uma coisa interferir com outra, vamos ver se conseguimos conciliar tudo. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Dizer que, entretanto, chegou o Sr. Presidente da Junta de Cabeça Boa, Pedro Pereira, e o Sr. Presidente da Horta da Vilarça, Alexandre Martins. -----

Terminado o Ponto n.º 1, do Período de antes da ordem do dia, passaríamos, ao Ponto n.º 2, Período da ordem do dia. -----

----- **2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Fausto Tiago** (PS), **José Aires** (PS), **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS), **João Pavão** (PS) e **José Carlos Meneses** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, a quem eu dou a palavra. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

De destacar neste ponto, que eu acho que todos já começámos a ver pelas nossas ruas, e que se irá estender ao concelho todo de Torre de Moncorvo, que é a alteração das luminárias de tecnologia convencional para LED. São cerca de quatro mil luminárias, mais propriamente as mil, novecentas e trinta e quatro luminárias que irão ser por todo o Concelho de Torre de Moncorvo alteradas para o sistema LED. E, portanto, isso é, sem dúvida, aquilo a que nós mais ênfase demos aqui neste relatório. -----

Mas, não poderia deixar também, em termos culturais, de dar aqui dois pontos. Um, para quem ainda não foi, eu acho que deviam todos ir, porque é do melhor património que nós temos no Concelho de Moncorvo, que é a Exposição das Tecedeiras de Urros, que está patente na Biblioteca Municipal. -----

Também dizer-vos que temos aqui duas situações de que, apesar de não estarem aqui escritas, vos queria dar conhecimento. Como sabem, o PIICIE foi dos programas mais importantes, e que nós considerámos mais vantajosos, em termos daquilo que levámos para o conhecimento da escola e para os nossos alunos. Era um programa participado com verbas através da CIMDouro, terminava em julho, agora, e o feedback que tivemos, quer dos encarregados de educação, quer dos Srs. Professores, quer da própria escola, fez-nos refletir nesse mesmo programa, e com algum esforço financeiro por parte do Município, vamos conseguir mantê-lo pelo menos até julho de 2022. Este era um ponto que vos queria dizer. -----

O segundo ponto que vos queria trazer foram as negociações encetadas, e já terminadas, com um filho da terra – podemos chamar-lhe assim – que é o Diretor do Teatro Nacional D. Maria II, em que foram escolhidos três Municípios de baixa densidade, desde o Alentejo a Trás-os-Montes, e vamos ter, a partir de janeiro, um protocolo com o Teatro Nacional D. Maria II, onde será uma das obras escolhidas pelo Agrupamento de Escolas – neste caso, já está escolhida pelo Teatro Nacional D. Maria II, que é explicar os Lusíadas aos alunos, por forma a que eles tenham um maior conhecimento da obra de Luís de Camões. Terá diversas facetas, uma escolar,

14
4

outra a nível da população em geral, e terá outra que se reverterá sobre o conhecimento e a interpretação que devemos dar aos Lusíadas, que tantas dores de cabeça dão aos nossos alunos. E em princípio, será para iniciar entre janeiro e fevereiro do próximo ano. -----

E por fim, tinha aqui uma indicação, mas sou-vos sincero, não consegui ler o que escrevi, e portanto, vou ter que dizer sem vos dizer o nome, porque irei dizer a seguir, quando falarmos da revisão do Orçamento, que tem a ver com uma obra que estamos a negociar junto da CCDR, e que, para nós, é fulcral, e que já vinha sendo, por parte do Conselho Pedagógico, alertado, e pelos Srs. Professores, que tem a ver com a falta de um pavilhão na Escola Visconde de Vila Maior, o que obriga os alunos a virem para o Pavilhão Municipal, no Largo da Corredoura, com uma auxiliar que os traz e os leva pelas ruas, e com o trânsito. E não é fácil. -----

E portanto, nós fizemos uma candidatura, que está prestes a ser aprovada, para um novo pavilhão, dedicado só à formação física, na Escola Visconde de Vila Maior. -----

Eram estes os assuntos que aqui vos trazia, em termos de relatório da sessão ordinária. -----

Quanto à situação financeira, somos obrigados também a trazê-la, como sabem. Estamos aqui com um saldo do período de 1.457.437€. O total, com dívidas a fornecedores e com dívidas a bancos, cifra-se em 7.209.531,64€. -----

E quero trazer-vos isto por uma razão: para muitos dos que aqui estamos, será a última Assembleia Municipal onde iremos prestar contas. E não ficaria bem com a minha consciência se não trouxesse aqui todos os dados que nos são fornecidos – como sabem, agora, e irão ver à frente, o SNC-AP não permite que sejamos nós a introduzir números nos dados, são os ROC's de cada entidade que enviam para cada um de nós os dados que são retirados remotamente. --

E portanto, dizer-vos que em termos de operações orçamentais até dia 22 de junho, recebemos, fruto também destes 16.800.000€ que foram aprovados e executados, recebemos, em termos de receita, 8.847.000€, e de despesa, 7.329.000€, o que nos dá um saldo positivo de 1.500.000€. Nas dívidas a terceiros, clientes e contribuintes, temos 84.000€, que nos são devidos a nós – ou seja, isto são dívidas de terceiros para connosco – e o Estado, neste momento, dos programas operacionais a que nos candidatámos e que estamos em execução – eu recorro que estamos em sexto lugar, em termos de execução, do norte, e em décimo quarto a nível nacional; não somos nós que o dizemos, é o Anuário dos Contabilistas, está lá plasmado, e podem ir ver – nessas dívidas que têm para connosco, já vamos em 4.234.000€. Ou seja, clientes, 84.000€, e o Estado já nos deve 4.150.000€ em participações. -----

As nossas dívidas também para com fornecedores de bens e serviços correntes, temos 260.000€. Temos faturas que ainda estão em conferência, ou seja, faturas que nos chegam e que têm que ser vistas, e têm que ser rececionadas, para depois irem para pagamento, estamos a falar de 150.000€, e também em termos de retenção de impostos, 10.000€. Aqui, eu quero frisar o seguinte: é que, neste momento, o Serviço Nacional de Saúde, por exemplo, faz-nos logo

M. A.

a retenção automática todos os meses, e são cerca de 5.000€, quatro mil e pouco, anda sempre nessa ordem. -----

Nos fornecedores de imobilizado, temos aqui cerca de 13.000€, o que faz um montante global de 434.000€. -----

Nos empréstimos de médio e longo prazo, temos à Caixa Geral de Depósitos 892.000€, ao BPI – que eu espero pagar este ano, é um empréstimo que já vem de há uns anos atrás, mais propriamente de 2011, espero que seja este ano, no final de dezembro, completamente pago – 207.000€, e à Caixa de Crédito Agrícola, que é o empréstimo que foi aqui, de alguma forma, que originou o empréstimo de longo prazo, de 2009, 2011, e início de pagamento em 2013, que eram 12.000.000€, estamos aqui com 5.174.000€ de dívida. -----

Portanto, isto dá-nos aqui um subtotal de 6.000.000€, e uma dívida total, entre fornecedores e bancos, de 7.209.000€. -----

Ora, em 18 de outubro de 2013, tínhamos uma dívida total de 23.085.519€, sendo que de empréstimos obtidos de médio e longo prazo, eram 16.448.258€, tínhamos uma dívida ao Estado Central de 1.167.000€, sendo que 800.000€ eram das participações dos funcionários. Tínhamos também aqui uma dívida aos diversos proveitos diferidos, de 2.297.000€. Isto tudo dava 21.494.069€. O que era mais grave é que tínhamos faturas sem compromisso – isto a 18 de outubro de 2013 – de 325.589,41€. Tínhamos faturas sem cabimento e sem compromisso, de 353.687€. Tínhamos adjudicações sem compromisso, de 357.226€. Documentos diversos em dívida sem dar entrada na Câmara, 311.023€. À ADSE, a quem fazemos descontos, 135.781€. E depois, entre outras coisas que poderão ver, e eu já trouxe, porque foi assinado pelos técnicos do Município, na altura, em 2013, esta dívida, então, ascendia a 23.085.000€. Neste momento, estamos com 7.209.000€, sendo que com a dívida que o Estado tem para connosco, ficaríamos aqui com cerca de 2.000.000€. -----

Se alguma coisa este Executivo fez foi pagar a dívida e ter as contas em ordem. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Dizer que chegou o Sr. Deputado Ângelo Oliveira. E terminada a meia hora prevista no Regimento, estão presentes vinte e seis deputados, estando ausentes dois. -----

Relativamente ao Ponto n.º 1, faça favor, Sr. Deputado Fausto Tiago. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora, Sr. Presidente, passados oito anos, continua a invocar a dívida. Falou da dívida, mas não falou da obra que recebeu. É evidente, todos sabemos que a dívida era grande, havia descontrolo, mas o senhor não contribuiu em nada para aumentar a receita da Câmara – a receita da Câmara continua a ser exatamente a mesma; se não é a

mesma, os possíveis aumentos que houve não tiveram a ver com a Câmara, tiveram provavelmente a ver com a Administração Central. O senhor limitou-se a encaminhar todo o fluxo financeiro que a Câmara recebia para pagar dívidas. Não investiu, o investimento caiu, e o senhor limitou-se a dizer: “A partir de agora, o dinheiro da Administração Central é direcionado para pagar estas dívidas.” Foi o que o senhor fez. Teve algum mérito? Se calhar teve, mas, se calhar, a Divisão Administrativa e Financeira era capaz de fazer isso, sem haver intervenção do poder político. Se dissesse assim: “Eu entrei na Câmara, e a receita era X, e passado um ano, passados dois anos, passado o primeiro mandato, a receita da Câmara é duas vezes aquela que recebia quando eu entrei para aqui”, mas não foi isso que aconteceu; o senhor limitou-se a gerir o dinheiro que vinha da Administração Central para pagar as dívidas que existiam. Dívidas que existiam por quê? Para fazer obra – para fazer barragens, para fazer estradas, para fazer piscinas, para fazer tudo e mais alguma coisa. Todos nós sabemos, nós íamos daqui para o Porto, quando passávamos o Concelho de Mirandela, entrávamos no Concelho de Mirandela e sabíamos que estávamos a entrar no Concelho de Mirandela, porque as estradas eram em terra batida ou em pedra; nós circulávamos, já nessa altura, em tapete. O Sr. Presidente da Câmara, passados oito anos, fica-lhe mal voltar a invocar a dívida. -----

Mas, a minha intervenção não tinha a ver com isto, tem a ver com outra questão. Tem a ver com o facto de eu e muita gente pensarmos que o Concelho de Moncorvo está a perder competitividade a nível de atividade comercial. Moncorvo era um concelho que a nível regional era comercialmente muito desenvolvido, dava cartas nessa área. E a Câmara Municipal contribuiu, e tem contribuído, por ação e por omissão, para que, de facto, nós tenhamos perdido nessa área. Quando a Câmara Municipal parte a feira em três, a feira que se desenvolvia na continuidade do Mercado Municipal, passou, com vocês, a desenvolver-se em três locais: um junto ao Mercado Municipal, e os outros dois junto ao cemitério. Vocês cometeram a proeza de organizar a feira, e deixando no meio da feira o cemitério. Será para acabar com a feira? Seria o subconsciente a funcionar? É mais perto fazer o funeral, fica logo ali à mão fazer o funeral da feira? A feira, que tem provavelmente centenas de anos, gostava de ouvir o Sr. António Júlio sobre esta questão das feiras, já o desafiei várias vezes, mas ainda não teve, provavelmente, oportunidade de fazer isso. Mas, as feiras quinzenais foram um elemento fundamental no desenvolvimento do concelho, e vocês têm feito tudo para desvalorizar a importância da feira, e muitas vezes por motivos fúteis. E neste caso, tenho quase a certeza absoluta que vocês deslocaram a feira por causa de satisfazerem interesses particulares. -----

Não sei se se lembram que havia pessoas que vinham assistir à Assembleia Municipal, pessoas do público, e que faziam intervenções muito críticas relativamente à ação do Executivo, e eram pessoas da área do PSD. Ora, as críticas dos nossos doem mais. A partir do momento em que a feira foi deslocada, nunca mais algumas dessas pessoas aqui vieram fazer intervenções. Eu

14
10

tenho para mim que o único motivo por que a feira foi deslocada foi para satisfazer interesses pessoais, porque as pessoas se sentiam incomodadas, porque os feirantes, às seis da manhã, já andavam a fazer barulho, e as pessoas queriam o seu sossego. Têm direito a isso, mas há outros interesses superiores. Os interesses dos particulares não se podem sobrepor aos interesses de uma comunidade. -----

Depois, há outra questão, que eu acho que o PS e o PSD têm culpa, é o caso das médias e grandes superfícies. Nós estamos rodeados de concelhos que têm médias e grandes superfícies comerciais. Só há um concelho que não tem, porque, de facto, não tem população suficiente para que isso possa acontecer. E nós não fizemos nada para que houvesse investimento na vila nesse sentido. De certeza absoluta que o Sr. Presidente da Câmara foi contactado por alguns grupos para haver investimento nesse sentido, mas fechou a porta, de certeza absoluta – eu não sei, mas deduzo que foi assim, porque não se compreende que haja uma média e grande superfície em Foz Coa, uma média e grande superfície em Vila Flor, não sei nos outros concelhos, sei que há um que não tem, porque, de facto, não tem dimensão para isso, e aqui em Moncorvo não se vê, não houve vontade para, de facto, acarinhar investimento nesse sentido. E quando, penso que no ano passado, se falou dessa questão, veio logo ao público um elemento dizer que se isso acontecesse, a primeira coisa que ele fazia, no outro dia, era ir à Câmara e apresentava lá os funcionários, para a Câmara os empregar. Ora, isso é um argumento ridículo, porque se isso acontecesse, se fosse implantada aqui uma média e grande superfície, o que esse empresário tinha que fazer era ir ao Centro de Emprego requisitar funcionários, porque os dele provavelmente já tinham sido recrutados por essa superfície. -----

Vocês vejam o que aconteceu agora com as lojas agrícolas. Em Moncorvo havia uma ou duas lojas agrícolas, havia uma grande e havia uma mais pequena, houve investimento nessa área, há três novas grandes lojas agrícolas em Moncorvo – uma na zona industrial, e duas na vila. O que é que aconteceu? Os funcionários da grande loja agrícola que existia, esses saíram todos. Para onde? Para as novas lojas agrícolas – uns estão na zona industrial do Larinho, outros estão na loja que está ali junto à estação, e os funcionários que estavam lá foram requisitados. O que é que fez o antigo comerciante? Teve que recrutar novos funcionários. Quer dizer, aumentou o número de postos de trabalho, e o número de postos de trabalho só aumenta quando há investimento. E se nós tivéssemos aqui implantado uma média ou grande superfície, de certeza absoluta que iam ser criados novos postos de trabalho, não tão poucos como isso, diretos e indiretos. Eu tenho a certeza absoluta que nunca um habitante do Concelho de Foz Coa veio a Moncorvo fazer compras ao comércio tradicional, mas eu vou a Foz Coa e vejo pessoas da Lousa, da Açoreira, de Urros, do Peredo, de Moncorvo, a fazer compras naquela loja comercial. Ora, isso são recursos que estão a deslocar-se para o vizinho. Nós não temos postos de trabalho, os comerciantes não vendem, porque a atividade económica só se desenvolve se houver

investimento, e se houver pessoas para comprar. E se nós tivéssemos implantado uma média ou grande superfície, de certeza absoluta que o concelho vizinho, que não tem nem vai ter, essas pessoas vinham à vila, pessoas de Foz Coa vinham à vila, pessoas de Vila Flor, pessoas de Carrazeda. Assim, alguém acredita que alguém vem à vila fazer compras no comércio local? Ninguém vem. É evidente que se vierem pessoas, há negócio para todos, não nos esqueçamos. Quando eu vou a Foz Coa, só há a grande loja comercial que existe lá, que é a maior, e eu muitas vezes vou ao café, compro o jornal, há ali uma loja agrícola na Estrada Nacional, faço lá compras, e o que acontece comigo, acontece com muito mais gente. É evidente que se houver pessoas, a economia desenvolve-se. É evidente que se não houver aqui uma atração grande, as pessoas não vêm. E isto não é só culpa desta Câmara; isto é culpa desta Câmara e das Câmaras anteriores, isto em sido um tabu. Aliás, nós vimos, quando se levantou a questão, há cerca de meio ano, houve logo pessoas, aqui d'El Rei, que isto vai ser aqui o fim do mundo. Mas, se nós repararmos, nas outras vilas vizinhas, nada disso aconteceu, o comércio local continua. É evidente que se houver mais pessoas a comprar, as lojas de produtos regionais tendem a aumentar o seu negócio, como é lógico. Agora, não percebo, o Sr. Presidente, que provavelmente sabe muito bem isso, não teve uma atitude proativa. Por quê? Porque é mais cómodo ficar sentado à espera. Mas o senhor, mesmo sentado, à espera, não abriu a porta, porque de certeza absoluta que alguém lhe bateu à porta. -----

O senhor, nos regadios, fica à espera que lhe entreguem os projetos, e abre a porta, mas aqui nem isso fez. Este, para mim, tem sido – a feira e o facto de não haver uma média ou grande superfície em Moncorvo – tem sido um dos motivos por que nós estamos, a esse nível, a ficar a perder para os nossos vizinhos. -----

Outra questão ligada a isto tem a ver com a mobilidade. O Sr. Presidente falou, não sei em que reunião, na questão da ligação Moncorvo – Foz Coa; é inadmissível que Moncorvo e Foz Coa não tenham um meio de transporte que os ligue duas ou três vezes por dia. Nós estamos de costas voltadas com Foz Coa, e Foz Coa faz-nos o mesmo a nós. E será o mesmo que Matosinhos e o Porto, haver ali uma barreira, que não existiam transportes, tínhamos que ir a pé, ou de bicicleta, ou ir de carro próprio. É incompreensível. Aliás, o senhor falou que essa era uma questão que estava a ser tratada pela CIMDouro, mas nunca mais ouvimos falar sobre nada disso. Chega o fim do mandato, e entre Moncorvo e Foz Coa há zero transportes. Há uma pessoa do Peredo que vive no Pocinho, e ela diz-me assim: “Fausto, às vezes quero ir para Foz Coa, e tenho de me pôr à boleia; outras vezes quero ir para Moncorvo, e tenho que me pôr à boleia”, porque, de facto, não há um transporte. -----

Depois, como estamos em fim de mandato, estou a fazer mais ou menos um balanço daquilo que eu acho que foi a parte negativa do Executivo – porque a parte positiva, também teve parte positiva, mas os seus membros falarão nisso – a Serra do Reboredo, foi no seu mandato que a

Serra do Reboredo praticamente foi dizimada. O senhor prometeu, em campanha eleitoral, fazer um investimento de 50.000€ por ano – que eu acho ridículo. O Sr. Presidente deverá ter números sobre isso, gostava de saber quais são exatamente os investimentos que a Câmara fez na Serra do Reboredo. E repare que em trinta anos de poder socialista, nunca a Serra do Reboredo foi tão maltratada, foi tão dizimada, como foi penso que no ano de 2017. E repare que, nessa época, a Câmara pouca influência tinha na gestão; hoje em dia, a Câmara tem alguma responsabilidade na gestão do Reboredo. Diga-me exatamente o que é que o senhor fez para recuperar o mal que foi feito à serra. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, queira concluir, por favor. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Sr. Presidente, nós estamos em fim de mandato, deve ser um bocadinho tolerante. Já uma vez lhe disse que há Assembleias Municipais em que o Presidente da Assembleia Municipal pede aos deputados para intervirem por favor. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Mas, aqui, podem-se também contar as vezes em que foi cortada a palavra aos Srs. Deputados. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Sim, senhor, estou de acordo consigo, e eu já vou terminar. -- Depois, há a questão da cadeia. Eu já disse várias vezes que foi um problema que o senhor herdou; foi um problema que o senhor herdou, e que não é capaz de solucionar. O senhor uma vez falou nisso, e disse que estava a comparar a situação com Coimbra, em que havia uma situação provavelmente idêntica, e que estavam a ser estudadas soluções integradas para resolver a situação. O senhor, sobre esta questão, penso que não fez nada, pelo menos não se vê nada feito, e aquela situação, que é uma situação degradante para quem lá vive e para a vila, tem que ser resolvida. -----

Já se falou aqui na “bazuca” financeira, e penso que o Poder Autárquico ainda não foi solicitado a esse nível, e provavelmente ninguém sabe se, um dia, com tanto dinheiro, se a Administração Central tem capacidade para gastar esse dinheiro todo, e terá que chamar as autarquias para dar uma ajuda. Será que a Câmara Municipal tem algum projeto, de facto, com qualidade para ser integrado numa possível redistribuição desses fundos? É que ainda ninguém sabe qual vai ser a intervenção das autarquias na gestão desses fundos, mas há ideia – e como, de facto, muitas vezes acontece, é difícil em tão pouco tempo gastar todo esse dinheiro, e provavelmente as autarquias vão ser chamadas a intervir nessa área. Será que o Sr. Presidente tem alguma ideia sobre um projeto para Moncorvo? -----

É isto. Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

14.1
A

Só um aparte: relativamente ainda à grande ou média superfície, fiz uma moção a recomendar à Câmara que envidasse esforços no sentido de atrair investimento nessa área. Eu penso que como vamos entrar em campanha eleitoral, era importante obrigar os Partidos a definirem-se sobre essa situação, quer o PS, quer o PSD. E eu propunha que a Assembleia Municipal votasse uma moção nesse sentido, só recomendar à Câmara que envidasse esforços no sentido de atrair investimento nessa área para Moncorvo. Isso era uma maneira de obrigar as candidaturas a definirem-se, a tomar uma posição. Se a Assembleia estiver de acordo, eu submeto essa moção à votação. Mas, essa votação só terá algum interesse se for por voto secreto, porque ninguém se vai comprometer a dizer "sim" ou "não" relativamente a uma questão tão sensível. -----

Eu propunha que se votasse essa moção – só diz isso, eu posso entregar – mas que se votasse por voto secreto. Isto era uma forma de a Assembleia Municipal intervir e obrigar os Partidos a definirem-se. E atenção, que aquilo que eu estou a dizer sobre a grande superfície não tem nada a ver com o Partido Socialista, eu nem sei qual é a posição do candidato do PS sobre esta matéria, não sei qual é a posição do candidato, provavelmente será uma posição dúbia, como tem sido até aqui, como tem sido a do Sr. Presidente, porque toda a gente tem medo, parece que há grandes interesses, mas esses grandes interesses muitas vezes são "tigres de papel", caem facilmente, porque o povo, e vocês, Srs. Presidentes de Junta, que vivem nas aldeias, sabem que o povo quer uma grande superfície em Moncorvo, não quer ir gastar dinheiro a Foz Coa, não quer ir a Vila Flor, não quer ir a Mirandela, quer gastar dinheiro em Moncorvo. Os emigrantes, cada vez que vêm, vão a Foz Coa encher os carros, vão a Foz Coa deixar dinheiro, não vêm a Moncorvo. -----

Eu penso que devíamos fazer uma votação desta moção, isto não vai influenciar em nada, nem é contra a Câmara, nem é contra ninguém, mas no sentido de a Assembleia Municipal dizer: "Nós queremos isto." Ninguém se compromete, porque o voto é secreto, mas era uma maneira de obrigar os Partidos a tomarem uma posição. E eu digo, vocês podem acreditar em mim, que eu não sei qual é a posição do Partido Socialista, nem do candidato do Partido Socialista, sobre esta matéria, provavelmente até será contra. Já agora, informo que o anterior, quando falámos ligeiramente sobre isto, numa das últimas Assembleias, o anterior Presidente da Comissão Política era contra. Não sei qual é a posição deste Presidente, mas a Assembleia Municipal tem a obrigação de defender os interesses do concelho, contra PS e contra PSD. E esta era uma maneira de cada um de nós se manifestar, dizer "sim" ou "não" por voto secreto, porque se for voto de braço no ar, é evidente que toda a gente sabe quem vai votar, ficam comprometidas, terão interesses, terão amigos, terão isto, terão aquilo, e esta era a maneira correta de nós colocarmos a questão na praça pública, e de obrigar os Partidos a definirem-se sobre esta matéria. -----

Sr. Presidente, peço desculpa, fui, de facto, excessivo. -----

Handwritten signature in blue ink.

-----**O Presidente de Mesa:** Não faz mal. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.-----

Aproveitar para começar por o cumprimentar a si, cumprimentar também os restantes membros da Mesa, as Sras. e Srs. Deputados aqui presentes, o Sr. Presidente do Município e restante Executivo, as Sras. e Srs. Presidentes de Junta, o estimado público aqui presente. -----

Antes de iniciar a minha intervenção propriamente dita, sobre a apreciação da atividade municipal, queria só fazer aqui uma ressalva e um pedido à Mesa. Fui informado que existem membros do público que aguardam à porta para entrar. Se pudesse agilizar essa situação, para que eles possam assistir também a esta sessão, agradecia. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, a porta está aberta, e acabaram de me comunicar, que há público ali em cima. -----

Não sei por que é que não entraram. -----

-----**O Deputado José Aires:** Eu também não sei, depois poderá questionar diretamente as pessoas. Eu só recebi a informação, e estava a transmitir. -----

Vou passar agora à intervenção. Sr. Presidente do Município, é confrangedor o desconhecimento demonstrado por V. Exa. na resposta dada à minha intervenção no Ponto n.º 1 da ordem de trabalhos referente à apreciação da sua informação escrita sobre a atividade municipal na última reunião desta Assembleia Municipal. Sendo V. Exa. licenciado em direito, jurista e mestrando em gestão autárquica, deveria ponderar as informações proferidas, e procurar informar-se junto dos técnicos do Município que trabalham nesta área. É um conselho que lhe estou a dar, porque fico deveras preocupado que o Município possa vir a sofrer consequências decorrentes desta situação. Aconselho-o vivamente a ler o Código dos Contratos Públicos, Decreto-lei n.º 18/2008, artigos 394.º a 402.º. -----

E para a eventualidade de não ter tempo, uma vez que é uma pessoa muito ocupada, vou fazer uma resenha, mesmo tendo sido chumbado por V. Exa. Passo a descrever os passos necessários e prazos estipulados desde a receção provisória até à elaboração da conta final. --- A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída, no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro, ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o término final do prazo total ou dos prazos parciais da execução da obra. Da vistoria é lavrado auto, assinado pelos intervenientes, que deve declarar se a obra está, no todo ou em parte, em condições de ser recebida. O auto que declare a não receção da obra, no todo ou em parte, em virtude de defeitos da obra detetados na vistoria, é notificado ao empreiteiro, sendo-lhe concedido um prazo razoável para os corrigir. Na data da

h. 

assinatura do auto de receção provisória inicia-se o prazo de garantia, durante o qual o empreiteiro está obrigado a corrigir todos os defeitos da obra. O prazo de garantia varia de acordo com o defeito da obra, nos seguintes termos: dez anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos estruturais, cinco anos no caso de defeitos relativos a elementos construtivos não estruturais ou a instalações técnicas, dois anos no caso de defeitos relativos a equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis. Findo o período de garantia, há lugar, em relação à totalidade ou a cada uma das partes da obra, a nova vistoria, para efeitos de receção definitiva da empreitada, cujo procedimento deve ser definido no contrato. A receção definitiva é formalizada em auto. -----

Liquidação da empreitada e relatório final: -----

A elaboração da conta: na falta de estipulação contratual, a conta final da empreitada é elaborada no prazo de dois meses após a primeira revisão ordinária de preços subsequente à receção provisória. Os indicadores económicos são fixados mensalmente, com base em elementos fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística ou elementos idóneos obtidos pela CIFE – Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas, devendo atender-se a todos os encargos emergentes da Legislação em vigor no período a que respeitem, nos termos do Decreto-lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que rege a revisão de preços das obras públicas. Se não houver lugar à revisão ordinária de preços, o prazo a que se refere o número anterior inicia-se na data da receção provisória. -----

Elementos da conta: da conta final da empreitada devem constar os seguintes elementos: uma conta corrente, à qual são levados, por verbas globais, os valores de todas as medições e revisões, ou acertos decorrentes de reclamações decididas, o prémio por cumprimento antecipado do contrato e as sanções contratuais aplicadas, um mapa dos trabalhos a mais, dos trabalhos de suprimento de erros e omissões, e dos trabalhos a menos, com indicação dos preços unitários pelos quais se procedeu à sua liquidação, um mapa de todos os trabalhos e valores sobre os quais subsistam reclamações ou reservas do empreiteiro, ainda não decididas, com expressa referência ao mapa da alínea anterior, sempre que os mesmos também constem daquela. -----

Notificação da conta final do empreiteiro: elaborada a conta final da empreitada, a mesma é enviada, no prazo de quinze dias, ao empreiteiro, podendo este, no mesmo prazo, proceder à sua assinatura ou, discordando da mesma, apresentar reclamação fundamentada. -----

Para efeitos do disposto no número anterior, o empreiteiro pode consultar e examinar os documentos de suporte à elaboração da conta final da empreitada. O dono de obra comunica ao empreiteiro a sua decisão sobre a reclamação apresentada no prazo de trinta dias a contar da receção desta. -----

Relatório final da obra: no prazo de dez dias a contar da data da assinatura da conta final, ou da

Handwritten signature in blue ink.



data em que a conta final se considera aceite pelo empreiteiro, o dono de obra deve enviar ao Instituto da Construção e do Imobiliário, Instituto Público, o relatório final da obra. -----

Das obras executadas e em fase de conta final, referidas na sua informação escrita, tendo em conta os documentos disponibilizados no Ponto n.º 8 da ordem de trabalhos da última reunião desta Assembleia, embora faltando alguns dos documentos solicitados, a situação é a seguinte:-

Construção da ETAR da Lousa: auto de receção provisória com a data de 28 de julho de 2020; construção da ETAR de Cabanas de Baixo e integração da SAR da Foz do Sabor, auto de receção provisória com a data de 28 de julho de 2020; reabilitação do espaço público no Bairro do Montesinho (PARU), auto de receção provisória com a data de 28 de julho de 2020; reabilitação do edifício existente no Parque Verde da Quinta da Judite, casa de chá (PARU), auto de receção provisória com a data de 17 de julho de 2020; hortas comunitárias, auto de receção provisória com a data de 21 de julho de 2020; arranjos urbanísticos do Largo do Castelo, auto de receção provisória com a data de 7 de outubro de 2020. -----

Atendendo às datas da receção provisória, as contas finais já deveriam estar fechadas e enviadas ao Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. Todas estas obras ultrapassaram os prazos de execução previstos. Qual a justificação? Dado que foram ultrapassados todos os prazos contratuais, que implicações financeiras tiveram nos custos finais das obras, e se desse facto ocorreram aumentos de custos para o Município? -----

Sr. Presidente, o senhor atira números para o ar. Em 2015, tinha 23.000.000€ para fazer receções definitivas; neste momento, anda na ordem dos 2.000.000€. Isto quer dizer o quê? Sabe do que está a falar? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias.-

-----**O Deputado Luís João Dias:** Bom dia a todos. -----

Agradeço desde já a curta aula de direito que tivemos, eu não sabia, e é bom sempre saber sobre as contas públicas. -----

Se não estou em erro, a receita, pouco, mas tem vindo a aumentar, Sr. Membro da Assembleia Fausto. Agora, é pouco, e ainda bem, porque se a receita aumenta, isso é dinheiro que o munícipe tem a menos no bolso, porque quem paga a receita do Município, a maior parte da receita, são os munícipes. Por isso, é bom que a receita não aumente muito, porque senão o munícipe fica cada vez mais pobre. -----

Agora, quanto à atividade municipal, há a realçar as hortas comunitárias. Eu tenho passado por lá sempre que vou buscar o meu filho à escola, e têm muita atividade, as pessoas estão interessadas, passam lá tempo sentadas, a espantar os pássaros, é bonito de se ver. -----

Todas as obras do POSEUR, todas as ETAR's, em quase todas as freguesias do nosso concelho, foram feitas nestes dois mandatos. Mesmo ETAR's que não foram no âmbito do POSEUR, como nas Quintas, em que o Município teve a coragem financeira de fazer o investimento por ele próprio, acho que os munícipes das Quintas têm muito a agradecer. As obras todas do PARU, de reabilitação do espaço público, desde o mercado, o Bairro do Montesinho, a Casa de Chá, a Corredoura, o Carrascal – no Carrascal, quase nem de carro se podia lá andar, tais eram os buracos no paralelo, finalmente foram compostos. -----

A parte imaterial, da cultura, a realçar as obras na sinagoga, que poderão também trazer mais turistas, é essa parte imaterial que o turista pergunta sempre, o que é que podemos visitar, o que é que podemos ver. Cá temos o maravilhoso património natural, que o temos por garantido, porque tivemos a sorte de viver neste sítio, não foi o Município que fez esse património paisagístico, mas a parte do património imaterial, o Município tem feito e deve fazer mais, para conseguir mais conteúdos que possam prender mais o turista, não só vir do Porto, ver qualquer coisa, almoçar e ir embora, mas pelo menos ficar o fim de semana e dormir no nosso Município.- Há a realçar o futuro pavilhão, o pavilhão da escola é essencial. Como é que é possível que os alunos vão sair da escola, sem autorização dos encarregados de educação? Pronto, entende-se que saiam da escola, mas é um perigo, ainda bem que isso irá mudar no futuro. -----

E temos propostas do Executivo para mais um caminho público em projeto, este desde a Foz às Cabanas. É essencial a rede viária para qualquer Município. -----

Em relação à outra questão que o membro da Assembleia, Fausto Tiago, colocou, sobre as grandes superfícies, eu digo a minha opinião, concordo com a parte de que uma grande superfície é um polo atrativo das pessoas. Eu conheço pessoas que vieram morar para o Douro Superior, e que eu perguntei por que é que escolheram Foz Coa e não Moncorvo, e disseram que é porque tem uma grande superfície e uma urgência. A grande superfície não está nas mãos do Município, terá que ser investimento privado, pode a Câmara ajudar a encontrar um terreno, acho que essa negociação está em cima da mesa. A urgência, se calhar poderia fazer-se mais pressão, não sei que tipo de pressão, não sei se uma moção – já agora que falámos de uma moção para a grande superfície, se calhar mais uma moção para a urgência. A urgência é essencial para atrair pessoas, porque, hoje em dia – vou explicar como é que é a logística de um doente: um doente, por exemplo, de uma aldeia, como o Peredo, onde o membro da Assembleia, Fausto Tiago, vive, ativa o INEM, o INEM vai ao Peredo, leva a Foz Coa, de Foz Coa faz uma urgência sem grandes meios de diagnóstico – porque é uma urgência pequena, muitas vezes é inconclusivo o diagnóstico. Como pertencem a Moncorvo, então vão para Mirandela, Mirandela também não tem as valências todas, então terá que ir para Bragança, e se Bragança não consegue resolver, terá que ir para o Porto. Vejam este zigzague do doente dentro de uma ambulância. -----

Uma urgência em Moncorvo era essencial. Se a moção para a grande superfície der entrada, eu também apresentarei uma para voltar a haver urgências em Moncorvo. -----

A minha pergunta, também gostava de saber sobre as férias do Município, em relação aos alunos, em que moldes, não há muita informação, já me perguntaram várias vezes, ouve-se dizer por aí que não será a semana toda, gostava de mais informações, se possível. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, para responder às questões que foram levantadas. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Quanto ao investimento, eu percebo que o Sr. Deputado Fausto Tiago não tenha tempo de ver o que lhe é apresentado. Eu percebo, há outros afazeres – aliás, o senhor era um dos que andava com a bandeirinha a dizer que o saneamento era a 99,9%, e agora, quando vê as ETAR's que estão construídas, nós tivemos que fazer esse investimento agora, e está aí todo descrito. Portanto, para não ser exaustivo, está aqui, e pode lê-lo todo. -----

Também quanto ao investimento e à receita, como é que o senhor acha que, se não tivéssemos mais receita, executávamos 16.800.000€? E dou-lhe um exemplo, 2017 – o senhor deu 2013, que foi o último ano, 14.652.020€ de receita; 2017, 18.096.000€. Também acho que não precisa de saber mais. -----

Serra do Reboredo? O senhor está a falar da Serra do Reboredo? O senhor não sabe o que está a dizer, porque a Serra do Reboredo, quantas vezes a quiseram pôr como baldio, para ter justificação para poderem atuar nela, e os problemas que temos com o ICNF. E dissemos-lhe aqui que só nós fizemos um projeto, depois, para o ICNF colocar na plataforma, porque não deixavam que fosse o Município a colocá-lo, alterando os próprios avisos, de 600.000€. Mas, tem agora, que já devia ter ouvido e visto nas notícias, 2.000.000€ para reflorestar, foi uma das contrapartidas que agora negociámos com o Ministério do Ambiente, 2.000.000€. Quer mais? -- Até maio, de receita, quase 9.000.000€. Estamos em maio, havemos de chegar a dezembro. --- Agora, esta foi a parte do que eu discordo consigo, e também discordo consigo que tenha sido por interesses pessoais – que até vos davam jeito esses interesses pessoais, de quem vinha criticar na Assembleia Municipal. Discordo, e deve dizer os nomes, porque eu não preciso de moções de braço levantado, ou de braço posto de lado, para ser ali. Eu sou a favor, e sempre o defendi, ao contrário do anterior Presidente da Câmara, que devia haver uma média ou grande superfície. E o senhor esteve calado, quando o Presidente da Câmara que defendeu isto foi insultado. Mais, eu até disse que o que ele tinha feito ali, o proprietário dessa pequena superfície, era um haraquíri, eles estavam a matar-se a eles próprios, porque as pessoas pegam no carro

14. 
Cy

ao fim de semana, vão para Mirandela e vão para Foz Coa. Eu não preciso dessas moções de braço fechado. -----

Agora, a Câmara, o que tem que fazer, não é intermediar negócios; é abrir portas a possibilidades de eles se realizarem. Agora, o senhor não me vai dizer que tendo um terreno apto a essa construção, que a Câmara lhe diga: “Dê lá isso, ou venda por dois euros o metro quadrado”, e o senhor diz: “Não, quero cinquenta.” E isto acontece assim, e o senhor sabe muito bem disso aqui. -----

Portanto, há uma série de possibilidades, há uma série de negociações que estão a ser feitas, mas é entre os privados e aqueles que querem estar cá a investir, e é assim que tem que ser. A Câmara, o que faz, é garantir que dentro dos locais onde já há infraestruturas, que elas possam ser afetas a esses investimentos – a esses ou a outros. O senhor fala de investimento? Nós estamos agora a concretizar – e espero que seja concretizado a breve trecho, pelo menos dentro deste ano de 2021, independentemente das eleições em setembro, espero que seja em 2021 – uma grande unidade para o setor primário. E o senhor diz que não se pode dizer; pois, se calhar não se pode dizer, porque as pessoas também não estão interessadas em que se saiba, e isso é dos privados. Tem uma nova zona industrial, onde as propostas de aquisição de lotes já são o dobro do que aqueles que existem, e já estamos a negociar uma área de expansão. -----

Portanto, não me venha dizer sobre isso, até porque lhe digo várias coisas: minas, percebemos que o primeiro carregamento será a 14 de setembro, isto dito pelo proprietário das minas e pela Infraestruturas de Portugal; desde 1980 que estavam fechadas. O investimento que lhe falei, na nova zona industrial, a criação de novas empresas, tudo isto é a possibilidade de crescermos. O problema é que vivemos numa região de baixa densidade, onde todos estamos a ser afetados. E até aqueles que parece que não estão, que são as capitais de distrito, ainda não perceberam uma coisa: que não estão a crescer indo buscar população futura; estão a ir buscar população dentro dos próprios concelhos do distrito. E esse vai ser o nosso grave problema. E volto a dizer aquilo que já disse: o PRR é o princípio da morte dos territórios do interior, porque não têm nada, nada em específico para o interior que tenha sumo – pode ter lá muita coisa escrita, mas investimento, não tem. -----

Por isso, Sr. Deputado, não sei o que lhe diga mais sobre isto, mas tenha a coragem de propor essa moção – eu não posso votar, obviamente, mas já lhe estou a dizer aqui que sou a favor desse investimento, e de mais que venham. Agora, também é necessário capacitar o pequeno empresário, aquele que teve sempre a porta aberta aqui, seja no centro histórico, com o pequeno comércio, esse também tem que ser apoiado e capacitado para poder sobreviver. -----

E está muito enganado, quando lhe dizem que colocam, se quiserem, os funcionários à porta da Câmara. Estamos lá para isso mesmo, para resolver problemas. -----

11.
A
M

E vou dizer-lhe outra coisa, Sr. Deputado: herdámos a cadeia, é verdade; o senhor diz que não fizemos nada? Então, lançámos agora e foram adjudicados quatro lotes, no Primeiro Direito, para resolver esse assunto. O senhor não viu isso? Fomos o décimo terceiro Município a assinar com o Governo, para termos a possibilidade de irmos a um investimento a 100%, onde uma das premissas é a erradicação da cadeia, e das condições indignas que se vivem lá. É indigno para um deputado dizer que não sabe isto. E esse foi herdado, mas eu costumo dizer isto: quem se candidata a estes cargos tem por missão duas coisas: herdar aquilo que foi bem feito, e o que foi mal feito, e tentar resolvê-lo. É isto que tem que fazer. -----

Portanto, Sr. Deputado, quando o senhor diz: “E esses fundos? O que é que temos que fazer? E o Estado, virá cá buscar esses fundos, porque as Câmaras não saberão o que fazer?”, Sr. Deputado, desde o tempo da troika que o Município de Torre de Moncorvo todos os anos contribui para uma coisa que é o FAM, somos nós que aplicamos lá o dinheiro, é tirado do nosso Orçamento. Sabe para quê? Para fazer face a outras autarquias, para fazer face, como foi, por exemplo, Portimão – mas, para não ser só um Município socialista, a Aveiro. É para isso que sai do nosso Orçamento, e que todos os anos aplicamos. E este ano, Moncorvo terminou de aplicar o FAM, já o liquidou. Se o senhor me perguntar se já recebemos juros por termos lá essa aplicação, não, mas cumprimos a nossa parte. Portanto, até aí os Municípios já foram chamados, e como certamente viu, dos oitenta e seis Municípios que estavam para lá do limite legal de endividamento, neste momento estão seis, o que quer dizer que o grande suporte financeiro desde o tempo da troika para o país ser sustentável deveu-se também aos autarcas, tantas vezes enxovalhados e tantas vezes maltratados. Mas, foram eles também que fizeram esse trabalho, e foram eles que alavancaram também o país, em termos de obras públicas, para este Quadro Comunitário de Apoio. E aqui, não ponho políticas; ponho os autarcas todos, todos eles fizeram, de certeza, o melhor que puderam, e por isso conseguiram, todos eles, descer a dívida, para ajudar Portugal a crescer. -----

Sr. Presidente, só uma resposta, que é do pelouro do Sr. Vice-Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Só um esclarecimento. Nós levamos este assunto, como deve calcular, tínhamos que dar primeiro conhecimento em reunião de Câmara, foi à reunião de Câmara passada, de sexta-feira passada. A partir daí, é só para esclarecimento, o “Aprende Brincando” vai funcionar de 12 de julho a 10 de setembro, irá funcionar das nove da manhã às doze e trinta, no período da manhã, e das catorze às dezassete e trinta no período da tarde. As crianças começam a entrar, a abertura é desde as oito e quarenta e cinco até às nove e trinta, e no período da tarde, desde as treze e quarenta e cinco às catorze e trinta. Funcionará



com três turmas, no máximo de doze crianças cada uma, num total de trinta e seis crianças. As regras são agora conhecidas, depois de serem dadas a conhecer em reunião de Câmara, e a novidade em relação aos anos anteriores é que, este ano, o Município vai disponibilizar as refeições. Evidentemente que quem puder pagar, paga; para os alunos da ação social, como no ano letivo, será de forma gratuita. -----

É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Vice-Presidente. -----

Segunda ronda de inscrições. Sr. Deputado Fausto, faça favor. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Relativamente à intervenção do Luís João, bem, o Sr. Presidente não gostou muito de ouvir, com certeza, que as receitas da Câmara não deveriam aumentar mais, porque senão iríamos tirar mais dinheiro aos contribuintes. O que os contribuintes pagam, não é à Câmara; pagam ao Estado, o Estado é que recebe esses impostos, é que lança os impostos. A Câmara tem uma intervenção diminuta nessa questão. -----

Relativamente ao Carrascal, não atribua dividendos a quem não os teve, porque o Carrascal, sabe onde começa? Ao fim do Largo Ferreira, e vai até lá ao fundo. Já estava calcetado desde há muito tempo, Sr. Luís João. O senhor, se calhar, nunca passou lá, mas eu passo lá muitas vezes, tenho lá familiares a viver, e já há muito tempo que está calcetado, e bem calcetado, e não tem buracos, Sr. Luís João. O senhor pode descer por um lado e subir por outro, antigamente não. -----

Quanto às urgências, é evidente que nós não podemos ter uma urgência à porta de casa, não podemos ter uma urgência no Peredo, outra em Urros. “Eu também quero uma urgência”, isto assim, era impossível governar o país. A Administração Central definiu que é em Foz Coa; quer gostemos, quer não, é lá. É uma urgência básica, é evidente, é uma urgência básica, é o que é.- Mas, o senhor tanto pode ir para Mirandela, como ir para a Guarda – há muita gente que vai para a Guarda. -----

Relativamente à intervenção do Sr. Presidente, o Reboredo, é facto, o senhor diz que investiu muito, em muita coisa, e não se vê praticamente nada. Investe mais um agricultor particular, planta mais hectares de amendoal um agricultor qualquer, do que se vê a Câmara fazer na Serra do Reboredo. -----

Quanto ao regadio, o Sr. Presidente falou no regadio, o regadio de Peredo e Urros, era fundamental que essa questão fosse, de facto, resolvida. E qual é o projeto que está a ser desenvolvido, se é aquele projeto que já existia, que ia buscar água ao Rio Douro, ou se é um projeto novo que, de facto, tenta captar água a uma quota elevada, para, de facto, tornar a coisa sustentável, porque se formos buscar água ao Rio Douro, não sei se isso será muito viável. -----

14.
E, Sr. Presidente, então o Sr. Presidente vai inaugurar, qualquer dia, uma área de abrigo empresarial, e já está a dizer que já tem que negociar uma expansão? Isso, de facto, é um planeamento... foi há um ano, ou dois anos, foi neste mandato, que o senhor está a fazer a nova área de abrigo empresarial, e o senhor já está a pensar em expansão? Pode dizer que há muita gente, mas isso é uma capacidade de planeamento, de facto, de abismar. De facto, a grande questão é que a área de abrigo empresarial não devia ser naquela zona, porque o senhor sempre defendeu – sabe onde é que o senhor defendia? Defendia na zona do Pocinho, porque é, de facto, ali que existem as grandes vias – a ferroviária, a fluvial, e a IP2 também está lá. O senhor sempre defendeu isso. E, de facto, a linha de caminho de ferro, penso que mais ano, menos ano, vai ser uma realidade, a ligação a Espanha. Mas, o senhor, não, fugiu dali. Tanto criticou o anterior Executivo por, de facto, não interagir com Foz Coa, e os dois a fluírem para o Rio Douro. O Rio Douro, entre Foz Coa e Moncorvo, é, não uma ponte, mas é, de facto, um muro, pior do que o muro de Berlim. E o senhor ainda não contribuiu, não teve uma ação positiva no sentido de resolver essa questão da ligação Moncorvo – Foz Coa. E eu perguntei-lhe, e o senhor nada disse sobre isso, atirou para a CIMDouro da outra vez, e provavelmente desta vez vai fazer a mesma coisa. -----

Quanto às minas, a Câmara pouco tem a ver com as minas, Sr. Presidente, o senhor sabe bem.- O senhor sabe bem, as minas têm a ver com a Administração Central. -----

E já agora, aquele projeto que existe, do Souto Moura, na Câmara, que era um multiusos, e o senhor desdenha, o senhor diz que isso já está fora de moda, o senhor viu o seu colega de Bragança dizer que uma das falhas do Concelho de Bragança é não ter um multiusos, e que essa vai ser uma prioridade. E o senhor tem um projeto, de facto, que distinguia Moncorvo dos restantes, e o senhor não aproveita, o senhor tem-no lá metido na gaveta. Vá lá buscá-lo, abra a gaveta e vá lá buscá-lo, Sr. Presidente. -----

E por hoje, terminei. Penso que provavelmente será a minha última intervenção na Assembleia Municipal, estamos em fim de mandato. Desejo a todos felicidades, e provavelmente será a última vez que me vão ver aqui neste palco. Para todos, boa sorte, para o Sr. Presidente, para o Sr. Presidente da Assembleia, para todos os membros da Mesa, e para os Srs. Vereadores. ----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado, pela parte que me toca. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----

Registrar apenas que às questões que remeti anteriormente, não obtive resposta a nenhuma.---- Mas, vou fazer-lhe mais algumas. -----

Sr. Presidente, onde se encontram publicados os resultados globais da aplicação do SIADAP,

com o número de menções qualitativas atribuídas por carreiras, relativos ao biénio de 2019-20? Tendo em conta que a Sra. Vereadora Piedade Meneses deu conhecimento a esta Assembleia Municipal, na reunião realizada no passado dia 26 de abril, que o Município de Torre de Moncorvo não foi sujeito a qualquer reparo por parte da DGAL sobre incumprimento de prazos na submissão da avaliação dos trabalhadores, por que motivo não se encontram os resultados publicados na página eletrónica oficial do Município? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Pavão, faça favor. ----

-----**O Deputado João Pavão:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Ainda no seguimento dos assuntos relevantes para o Município, agradecer ao Sr. Presidente a explicação sobre o Plano de Ordenamento dos Lagos do Sabor. -----

E relativamente à informação escrita, eu disse há três ou quatro anos que se tinha falhado em dois pontos na ação governativa, que era o Parque Empresarial da Junqueira e a eficiência energética no Município. E é com bom grado que vejo esses dois pontos serem desenvolvidos.- E relativamente também ao Programa “Primeiro Direito”, que vamos fazer – penso que é no ponto a seguir – o empréstimo bancário, é um ponto fulcral para o desenvolvimento social e económico do concelho, irei também votar a favor no próximo ponto. -----

E concordo com o que disse o deputado Fausto, relativamente à situação de termos aqui uma superfície média comercial que fomente emprego. Eu pensei que fosse levantado aqui este número porque, no mês passado, foi lançada uma notícia no JN, que Moncorvo tem trezentos e noventa e um desempregados, e que subiu esse valor relativamente ao ano passado. Bem, eu fui fazer uma pesquisa, de como é que nós estávamos há dez anos, em 2011. Tínhamos quase quinhentos desempregados – quatrocentos e oitenta e cinco desempregados – há cinco anos, tínhamos também quatrocentos e oitenta e nove – ou seja, quase quinhentos desempregados. Há dois meses, o Secretário de Estado da Valorização do Interior referiu que o Distrito de Bragança nunca teve tantas empresas criadas como no mês de setembro de 2020. E estes dados, nós temos que saber interpretar os dados, nem sempre a estatística refere o que nós vemos numa leitura a nu. Nós podemos ter este aumento de oitenta ou noventa desempregados porque Moncorvo, e nomeadamente o território da GAL do Douro Superior, teve a criação de empresas, em setembro e outubro, com grande volume, por uma medida que até foi lançada pelo Governo, o “Mais Coeso”, e as empresas – e eu sei que em Moncorvo, pelo menos eu estou com quinze ou dezasseis, sei que houve bastantes empresas com candidaturas aprovadas, o que obrigou a que as pessoas que fossem ser contratadas estivessem inscritas como desempregadas. Portanto, podemos ter aqui o primeiro ponto de explicação de por que é que este número aumentou. -----

Tivemos também os estágios de Administração Pública, e também estágios “Ativar” que terminaram – ou seja, são pessoas que vão para o desemprego. -----

Pronto, era este o ponto que queria deixar, e deixando também aqui o desafio ao governo autárquico, que o Governo da República vai lançar os apoios à criação de cowork spaces públicos, e que isso pode ser uma medida para atrair os jovens, os nómadas digitais. Eu tenho colegas meus, amigos meus, amigos da minha geração, cuja sede do local de trabalho é em Lisboa e no Porto, mas, com grande agrado, estão cá a trabalhar em Moncorvo, e para isso basta o computador. Portanto, se nós tivermos essa capacidade de atrair o investimento, podemos ter mais jovens a fixarem-se cá. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Carlos Meneses:** Muito bom dia, Sr. Presidente da Mesa. Na sua pessoa, cumprimentar todos os deputados, o Sr. Presidente da Câmara, o resto do Executivo, colegas Presidentes de Junta, público em geral e funcionários, muito bom dia. -----

Começar com duas ou três notas. Relativamente às grandes superfícies, eu acho que não é preciso votarmos uma moção, porque com certeza que a maior parte da população e a maior parte dos deputados aqui presentes, acho que concorda com isso. -----

Dar uma nota de que, de facto, já houve, por várias e diversas vezes, tanto do Grupo “Três Mosqueteiros”, como outro grupo de grandes superfícies, de se implementarem cá, têm tido dificuldades, de facto, com os terrenos, com o custo que os particulares pedem por esses terrenos. Neste momento, há mesmo, por parte dos “Três Mosqueteiros”, um programa, ou seja, um projeto já com alguma veracidade, até porque já foi apresentado na Câmara Municipal, são 2.400.000€, com a criação de vinte e quatro postos de trabalho. Eles solicitam dois ou três sítios dentro da vila, e claro que aí, depois, terá que ser a Câmara, que vai pensar qual é que será a melhor solução. -----

Eu não vou fazer compras a Foz Coa, é um dado, faço compras aqui em Moncorvo, quando tenho de fazer. Claro que acredito que há muita gente que vai lá fazer compras, mas o reverso, também é importante falar, porque eu conheço muita gente de Foz Coa que vem cá almoçar e jantar, e se calhar o contrário nem acontece tanto. -----

Sr. deputado Fausto, no Carrascal e na Corredoura, você tem lá familiares, fale com os familiares e veja se, de facto, agora está melhor, ou antes. Se havia buracos? Havia buracos, claro que havia buracos. O senhor é que quando vai lá ver os seus familiares vai com uma carrinha pick-up. Vá com um carro ligeiro, e depois vê a diferença. -----

Outra situação é o regadio. Foi feito um projeto pelos técnicos do Município para o regadio do

planalto do Peredo, Urros e Maçores, com um custo de 9.000.000€ - a nossa candidatura era de 9.000.000€. Foi feito o projeto, foi submetido, num programa que tinha uma verba de 63.000.000€, e que já estava predestinado. Claro que o nosso foi chumbado. Contudo, temos o trabalho feito, e vamos aguardar que abra uma nova candidatura, para que possamos inserir novamente o projeto, se calhar com algumas alterações. Mas, se pretender consultá-lo, deputado Fausto, teremos, e eu terei todo o gosto em lhe facultar esses documentos. -----

Outra nota é que o CLDS, juntamente com a Junta de Freguesia de Moncorvo e o Município, vai fazer umas Miniférias Desportivas, a começar no próximo mês. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

As perguntas praticamente foram todas respondidas pelos Srs. Deputados. Fazer só aqui uma menção quanto ao regadio. O regadio não foi chumbado; não tem é cabimentação, e fica a aguardar abertura de novo procedimento. E o mesmo se passa com o dos Lagos do Sabor, esse com uma diferença, que é a necessidade de aquele volume de água poder ter regadio, porque não estava previsto regadio para os Lagos do Sabor. -----

Bom, Sr. Deputado, eu espero que não seja uma despedida, eu não sei se o Sr. Deputado se despediu da Assembleia Municipal porque vai para outro órgão, porque independentemente das nossas oposições, gosto de o ter cá, até porque me obriga também a mim a informar-me. E hoje saiu de Torre de Moncorvo para Vila Nova de Foz Coa, às nove e quarenta, um autocarro, com o preço de 6€, e que só paga entre os trinta e os sessenta e quatro – ou seja, a partir dos sessenta e quatro não paga, porque a CIM assume, como o senhor sabe. Portanto, temos isso. -----

Mas, também, Sr. Deputado, o senhor acabou de me recordar uma coisa de que eu já não me lembrava, que era a nossa relação com Vila Nova de Foz Coa. Sr. Deputado, o senhor afirmou, se eu bem percebi, que eu tinha voltado as costas a Foz Coa. Pois, Sr. Deputado, pela boca morre o peixe, é que temos previsto um investimento, através da APDL, de 400.000€, para um entreposto intermodal, onde vai ser o comboio, os camiões e os barcos, e que está a ser negociado com pessoas de Torre de Moncorvo, com proprietários, para deixar aqui 400.000€. Esta é mais uma que se aplica bem ao ditado popular “pela boca morre o peixe”. E o senhor não morreu só pela boca, morreu por tudo. -----

Mas, também para lhe dizer que o senhor está enganado em algumas coisas. É que o Largo do Ferreiro não é onde o senhor diz; o Largo do Ferreiro e o Largo da Corredoura não estavam como o senhor diz, e se for lá hoje vai ver que tudo o que é cabo aéreo está subterrâneo, e está todo pavimentado, sem buracos, e bem condicionado, para as pessoas poderem andar a pé.

Porque havia quem pusesse no *Facebook* – aliás, daquelas denúncias pouco anónimas – que as pessoas até tropeçavam e caíam, e os idosos caíam. Vocês entendam-se, ou caem, ou andam de pé, entendam-se de uma vez por todas, porque aquela foi uma intervenção que nós entendemos que foi necessária e essencial entre o Largo da Corredoura e o Largo do Ferreiro. E o Largo do Ferreiro, como o senhor sabe, é toda aquela volta – eu vivi lá, vivi lá até entrar para o décimo segundo ano, até aos dezassete anos, eu vivi lá. E, portanto, sei muito bem onde é que é o Largo do Ferreiro, o que é que tinha o Largo do Ferreiro, os problemas que tinha, e sei dizer-lhe os vizinhos todos que ainda estavam ali quando eu vivi lá. -----

Portanto, essa é uma das obras de que nos orgulhamos, e que está pronta para ser usufruída pelos habitantes. E aí, não pode dizer que o fizemos por princípios eleitoralistas, foi antes por princípios dos bairros que eram os tradicionais de Torre de Moncorvo, onde incluimos o S. Paulo, o Largo da Corredoura e o Montesinho, e por isso entraram no PARU. -----

E, portanto, era isto que eu gostava de vos dizer, deixando a todos que Torre de Moncorvo, apesar de algumas manifestações que são feitas, tem o cuidado de cumprir o regulamento dos dados pessoais. E por muitos curiosos que alguns sejam, não podemos pôr o nome e dizer que fulano tal teve a nota tal. Temos que dizer se houve X “excelentes”, X “adequados”. Ainda não entrámos no recurso “medinista” que prospera por este país fora. E se alguns estão com isso, escusam de estar. -----

Mas, também percebi perfeitamente a lição que me foi aqui dada, e agradeço. Tenho pena, mais uma vez, que não tivesse sido escrita pelo Sr. Deputado, e que apenas a viesse aqui ler, porque senão, o Sr. Deputado diria uma coisa: o que é difícil justificar é como é que os senhores faziam faturas sem compromissos, faturas sem cabimentos e sem compromissos, e adjudicavam sem compromissos. Sabe como é que isso se chama? Crime. E não preciso de lhe citar nenhuma Lei, porque o senhor certamente irá perguntar a quem lhe faz os textos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Temos aqui uma moção, entregue pelo Sr. Deputado Fausto Tiago. Eu estive a consultar o Código do Procedimento Administrativo, em que diz que a votação é de braço no ar ou por escrutínio secreto, quando envolvem apreciação de comportamentos e qualidades. Também diz o Regimento da Assembleia que, em caso de dúvida, se a Assembleia assim o deliberar, se fará por voto secreto. -----

Ora, nada melhor do que perguntar à Assembleia o que é que a Assembleia pensa. A moção que foi entregue pelo Sr. Deputado Fausto Tiago, que diz: -----

-----**Moção**-----

“A Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, reunida em sessão ordinária no dia 28 de junho,

recomenda à Câmara Municipal que desenvolva todas as diligências no sentido de atrair investimentos para o concelho na área das médias e grandes superfícies comerciais.” -----

Esta é a moção do Sr. Deputado Fausto Tiago, e na dúvida, pergunto se querem votar por voto secreto, ou pelo método habitual, de braço no ar. O Sr. Deputado Fausto Tiago também disse, se for por braço no ar, retira a moção. -----

Indo ao encontro do que está no art.º 38.º do Regimento da Assembleia, no caso de dúvidas, e para que fique clarificado, vou pôr à consideração dos Srs. Deputados. Quem é que defende o voto secreto? Então, a votação será por braço no ar. -----

Sr. Deputado, mantém a votação? Retira a moção. A moção foi retirada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Então, passamos ao ponto seguinte. -----

PONTO 2 — PROTOCOLO PARA CONSTITUIÇÃO DE AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Srs. Deputados, como é hábito trazer, trata-se do protocolo que a CIMDouro, de há uns anos para cá, tem feito para a contratualização da energia pública, num quadro de iluminação pública que diminuiu os custos, porque são as dezanove Câmaras, mais algumas entidades, sendo que este ano, fruto da concessão de gás natural, também já está aqui incluído o gás natural. -----

O que se pretende aqui é só que a Assembleia Municipal dê autorização para que se possa aprovar o texto do conteúdo do protocolo para constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes, para ser lançado o projeto e o procedimento. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente ao Ponto n.º 2, quem pretende intervir? Parece que está toda a gente esclarecida. Então, vamos votar o Ponto n.º 2. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, nos termos do artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação em vigor, **deliberou por maioria**, com 24 votos a favor e 1

abstenção (do deputado António Júlio Andrade) **aprovar a constituição do referido agrupamento de entidades adjudicantes bem como a assinatura do respetivo Protocolo.** -----

-----Estava ausente da reunião no momento da votação o Sr. Deputado Válder José cordeiro Andrade. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 3 — CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO ATÉ 784.093,58€ PARA CONSTRUÇÃO/REPARAÇÃO/BENEFICIAÇÃO DE HABITAÇÕES NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1.º DIREITO – PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO. -

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires** (PS) e **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor de intervir sobre este ponto. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Este assunto já foi debatido várias vezes aqui, tem a ver com a candidatura ao Primeiro Direito, que foi aprovada – como eu disse, fomos o décimo terceiro Município a ser aprovado. E temos aqui a possibilidade de, através do IHRU, ir buscar até 784.000€. -----

Este concurso, ou este procedimento, tem aqui algumas vicissitudes. Por quê? Porque nós não podemos só convidar, como fazemos normalmente, as entidades bancárias que estão no concelho, mas temos que convidar também o IHRU, porque o IHRU tem um procedimento com o BEI, com o Banco Europeu. Daí, como podem ver nos documentos, obviamente o BEI veio com uma taxa muito mais baixa, estamos a falar aqui de 0,75%, à qual ainda é retirado o juro, porque está negativo – fica aqui cerca de 0,2%. -----

De salientar também que são os trinta e seis projetos iniciados que podem ir a 100% de comparticipação. E, portanto, estas trinta mil habitações que estão abrangidas podem ir a 100%, sendo certo que nós é que temos sempre que fazer este pedido. -----

O mais baixo, como eu disse, é o do BEI, seguido, depois, do BPI, depois, da Caixa de Crédito Agrícola, e por último, a Caixa Geral de Depósitos. O que se propõe aqui é que seja autorizada esta contração do empréstimo até vinte anos, por forma a podermos, uma vez que já foi adjudicada a construção e o melhoramento das habitações dadas como indignas, podermos já entrar em plena fase de obra. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Faça favor, Sr. Deputado José Aires. ----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----

Relativamente a este ponto, e após escutar o Sr. Presidente, queria apenas questionar relativamente ao Programa Primeiro Direito, gostaria que pudesse aprofundar qual ou quais as intervenções onde vai ser investido o valor do empréstimo, de 784.093,58€, qual o valor total do investimento previsto nesta primeira fase, que indicou agora, das intervenções que vão arrancar já, qual o montante da comparticipação nacional ou comunitária desse protocolo celebrado com o IHRU, e quais os prazos previstos para o início e o término das intervenções? -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado José Aires. Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Eu gostava que o Executivo me confirmasse que, finalmente, é o fim da prisão como nós a conhecemos hoje. E já agora, qual é a ideia deste Executivo para futuro desse mesmo imóvel. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado aos Srs. Deputados pelas questões que me colocaram. -----

Sr. Deputado José Aires, para não errar, se não se importar, eu pediria aos serviços para lhe enviarem o procedimento correto, para saber onde é que está e o número de habitações. Eu tenho a ideia de que são cinquenta e nove casas, grande parte delas no Santo Cristo, aquisição de dez que estejam deterioradas na vila para recuperar, e entrega às famílias, sendo que das primeiras serão para as pessoas que não têm mesmo casa, e também para a comunidade cigana. São estas as primeiras que estão dadas. -----

E, portanto, foi adjudicado na semana passada a uma das empresas que concorreu, será ainda formalmente obrigatório o visto do Tribunal de Contas. E depois, a partir daí, estará todo o processo, se o Sr. Deputado o quiser ver, desde o lançamento até à adjudicação. -----

Sr. Deputado, a ideia será fazer alguma coisa daquele edifício, que eu considero com nobreza, alguma coisa digna em prol do Município. Mas, não iremos decidir, porque estamos a três meses das eleições, e haverá certamente muitos a pensarem, e eu até me atreveria a lançar aqui quase um concurso de ideias para alguma coisa que pudesse ser feita naquele espaço. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Segunda ronda de inscrições. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Mesa. -----
Sr. Presidente, há pouco, quando lhe coloquei questões relativamente à contratação pública, o senhor respondeu-me, indicando que existiam crimes. Bem, se alguém tem, neste caso, obrigação legal, ou obrigação moral até, ética, deontológica, existindo crimes, e tendo conhecimento deles, de os denunciar às autoridades, é o senhor, pela sua formação. Eu estou de consciência tranquila. -----

Dizer-lhe também, e agradecer-lhe as suas explicações relativamente ao Programa da primeira habitação, claro que terei todo o gosto em receber essa documentação e ver de que forma é que vai ser implementado, sendo um programa essencial de colaboração entre o Governo e a Administração Local para erradicar esse fenómeno que é indigno, que são pessoas que não têm casa, e consagrar o que está na Constituição, que é o direito à primeira habitação. -----

Por último, e termino, como é normal em si, deixa sempre aquela questão de quem faz as minhas intervenções. Pois bem, eu sei que pode ter em má conta, mas eu tenho em boa conta, estudei sempre em Torre de Moncorvo, desde a pré-primária até ao secundário, altura em que, depois, fui para a universidade, e felizmente tive sempre bons professores, bons profissionais que me ensinaram a ler, a escrever, e também a pensar, porque também tive disciplinas, na área das humanidades, como filosofia. Portanto, não preciso que ninguém faça nada por mim. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Deputado, eu também o tenho em boa conta. Aliás, não foi uma nem duas vezes que fizemos a viagem juntos quando fomos para Coimbra, e vi que, pelo menos em trezentos quilómetros, pensava por si. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Passaremos, então, à votação do Ponto n.º 3, de contratação de empréstimo. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 49.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais deliberou **por unanimidade aprovar a contratação do empréstimo.** -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 4 – APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2020.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires (PS)** e **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, este é talvez o ano da grande mudança, e também aquele que mais dificuldade trará aos Srs. Deputados, em termos de apreciação da prestação de contas. Entrámos no ano do SNC-AP, há aqui várias novidades, desde logo a mais importante, que é a intervenção dos revisores oficiais de contas de um lado e do outro, que são eles que retiram os mapas e são eles que os comprovam uns com os outros, como vamos ver depois, na consolidação, o que faz com que o que é reportado mensalmente para as diversas entidades, depois seja daí que se faz a recolha. E, portanto, eu estou aqui quase a expor e a defender uma coisa para a qual não contribuí na sua feitura. -----

Dar-vos só algumas notas, para ficarmos todos um bocadinho mais por dentro disto, que é um documento extremamente denso, é um documento muito suportado, como eu disse, nas sociedades dos revisores oficiais de contas, e nem sempre a linguagem – para já, é uma linguagem que não é apelativa, e não é fácil para nenhum de nós. -----

Muito sucintamente, é o primeiro ano de apresentação das contas no SNC-AP – como sabem, antigamente era o POCAL. Do que podemos retirar desta prestação de contas, há uma diminuição da cobrança das receitas, muito fruto do Covid-19, e essa diminuição teve a ver também com a passagem da exploração do serviço público de abastecimento de águas também para a empresa Águas do Interior Norte. -----

Tivemos também uma diminuição da despesa. A despesa corrente diminuiu, em relação a 2019 para 2020, cerca de 20,32%. E há uma diminuição das despesas de capital de cerca de 24,7%. Em termos globais, da análise do quadro verifica-se que o ano de 2020 foi o ano em que o Município contraiu o menor valor em despesas correntes e de capital nos últimos cinco anos, também, obviamente, porque estamos há quinze meses a ser assolados por este problema que é o coronavírus, e que persiste. -----

Em termos de balanço, dizer-vos que, em 2020, o ativo do Município de Torre de Moncorvo atingiu o maior aumento – ou seja, tem um ativo, neste momento, de 39.718.215€, que em relação ao ano transato, se revela como um aumento de cerca de 361.513€. -----

O passivo apresenta uma diminuição de 8.431.481€, relativamente ao ano anterior. E isto permite-nos também ter aqui um exercício, em termos do resultado líquido dos proveitos, que regista um montante de proveitos de 10.532.945€, o que faz com que tenhamos aqui, em termos da capacidade legal de endividamento, um acréscimo nessa capacidade. -----

O problema do SARS-CoV-2 trouxe-nos uma diminuição dos proveitos em quase toda a totalidade das rubricas que as compõem. -----

Também se realça um assunto que os Srs. Deputados se recordam que era sempre trazido aqui a esta Assembleia Municipal, que tinha a ver com os proveitos referentes aos trabalhos da própria entidade, era sempre uma mácula que aqui trazíamos, e que definitivamente foi trabalhada. E aqui, tenho que dar os parabéns aos funcionários da autarquia, desde a contabilidade até ao estaleiro, que tiveram que se reinventar e começar a trabalhar com essa máquina infernal, que já é uma ferramenta do dia a dia, mas que para alguns ainda não era, que são os computadores. E nesse facto, realça-se que foram reconhecidos pela primeira vez os proveitos referentes aos trabalhos para a própria entidade, que consistem no apuramento dos proveitos para a realização de obras por administração direta, que totalizaram o montante, em 2020, de 587.107€. -----

Relativamente aos custos efetivos com despesas correntes e de capital, verifica-se uma diminuição. No entanto, em termos de resultados, apresentam um valor superior aos proveitos, atendendo às regularizações em termos de gastos, reversões, de depreciação e amortização. E isto tem uma explicação muito simples, que todos percebemos que é o facto da necessidade de fazer atualizações da vida útil dos bens. E essa atualização teve que ver com o novo classificador, e o novo classificador é aquele que é portado pelo SNC-AP. -----

E com isto, dou-vos algumas situações concretas, que têm a ver, por exemplo, com os edifícios. Nos edifícios, verifica-se uma atualização superior a oitenta anos de vida útil, e outras reclassificações de bens que estavam incoerentes com as contas patrimoniais. Ora, isto faz com que saiam de uma rubrica do POCAL e passem para outra rubrica do SNC-AP, que não nos permite, de forma alguma, termos uma comparação com os anteriores, porque são rubricas novas. -----

Quanto ao endividamento municipal, que aqui também está plasmado, o montante da dívida é de cerca de 8.000.000€, no global, não excede o limite legal de endividamento – que, neste momento, o limite legal de endividamento do Município de Torre de Moncorvo se cifra em 15.099.206€, o que quer dizer que temos, não uma excelente saúde financeira, mas uma boa saúde financeira, e que bem necessário vai ser para este período que vai iniciar-se agora, com o 2030 e com o PRR. -----

Em janeiro, o Município apresentava uma margem absoluta de 6.377.000€, e em 31 de dezembro – como sabem, é reportado sempre ao ano civil – uma margem absoluta de 6.600.000€. Encontra-se assim a cumprir o limite legal de saneamento, e temo-nos esforçado por diminuir a

14. A
CJ

dívida, como aqui já foi dito, e também um ponto de honra que temos tido, é que nenhuma fatura ultrapasse o limite de noventa dias. Neste momento, estamos com cerca de trinta e seis dias, eu espero ainda conseguirmos diminuí-la, mas o próprio Estado impõe-nos os noventa, e nós estamos a um terço disso. E, portanto, estamos a conseguir cumprir os nossos objetivos. -----

O Ponto n.º 4, como veem, é extremamente denso, e eu tentei fazer aqui uma súmula daquilo que é o relatório dos revisores oficiais de conta, que podem ver, que aqui está na parte final.----
Qualquer coisa e qualquer dúvida que tenham, obviamente tentaremos responder, dentro daquilo que são as nossas possibilidades e o nosso entendimento também deste novo programa, que é o SNC-AP. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Sr. Deputado Luís Dias, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís João Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Eu congratulo-me com a aplicação do SNC-AP, a contabilidade analítica permite que saibamos quanto é que uma atividade, ou uma obra, realmente custou – o exemplo das obras de execução interna, que nunca houve esse valor, e que neste momento conseguimos saber ao pormenor quanto é que custa uma obra, realmente, com todos os serviços, com todo o pessoal, as horas do pessoal, o parafuso – ou seja, o pormenor é maior, e por isso as contas são mais transparentes. -----

Em relação à execução, tenho algumas dúvidas, o número, por alto, é de 540.000€ em relação ao Covid, 540.000€ de despesa. O Executivo fala que teve alguma poupança, especialmente na parte cultural, com a não execução de diversas atividades, como a Flor da Amendoeira e a Feira Medieval, etc. Eu gostava de saber se é possível estimar qual o valor dessa poupança, que não está referida no documento. -----

E ainda referem que baixou a receita do Município por causa do encerramento do Cineteatro e das piscinas cobertas. Eu não entendi muito bem isso. Isso quer dizer, então, que dão lucro, as piscinas cobertas e o Cineteatro. -----

É só essa a minha questão. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----

Sr. Presidente, confesso que contabilidade não é a área onde me sinto mais à vontade, mas com esforço e determinação, tudo se aprende. Mesmo com as limitações inerentes do tempo em que

os documentos nos foram disponibilizados – salvaguardando o prazo legal, é certo, mas tornando impossível uma análise cuidada e exaustiva, dada a sua complexidade – não posso deixar de questionar o seguinte: ao contrário da prática corrente de anos anteriores, verifico que na prestação de contas deste ano não consta o Plano de Atividades Municipais e a respetiva execução para o ano de 2020. Tendo em conta que na pág. 14 do relatório em apreciação é referido, e passo a citar: “Os mapas de execução do Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipais constam dos mapas da prestação de contas apenas a este relatório de gestão”, solicito que o Sr. Presidente nos esclareça qual o motivo pelo qual a execução do Plano de Atividades Municipal não consta da documentação enviada a esta Assembleia Municipal. Ou será que fui eu que vi mal? -----

No quadro 3, pág. 7, Análise orçamental da despesa, verifica-se um total de 10.912.678,60€ referentes ao total da despesa paga no ano de 2020. Então, como explica V. Exa. que no quadro 7, pág. 13, Fluxos de caixa, o total de pagamentos na gerência, relativos às despesas orçamentais, conste o valor de 13.018.298,46€? -----

Na pág. 35, no total do ativo, coluna do ano 2020, é referido o valor de 39.718.366,51€, valor coincidente com o total do património líquido e passivo dessa mesma coluna, como consta da última linha. Já na coluna referente ao ano de 2019, o total do ativo apresenta um valor de 39.356.732,22€, valor diferente do património líquido e passivo da mesma coluna, que se cifra em 37.720.091,82€. Gostaria que V. Exa. me pudesse explicar essa diferença? -----

Ainda na mesma página e no mesmo quadro, na rubrica do total do património líquido, coluna de 2020, é apresentado um valor de 29.830.494,79€. Se avançarmos para a pág. 39, na última linha do quadro, posição do fim do período, é referido o valor de 29.523.578,51€, no total do património líquido. Queira fazer o favor de esclarecer o porquê dessa diferença? -----

Avançando para as pág. 58 e 59, onde constam os mapas de empréstimos obtidos para o ano de 2020, podemos verificar uma dívida inicial no valor de 7.976.713,38€, e uma dívida final de 7.317.160,39€. Ora, tendo-se cifrado o valor de amortizações de capital para o período no valor de 659.552,99€, e fazendo as contas, dá um total de 7.317.129,10€. Como explica essa diferença? -----

Na tabela da pág. 59 verificamos ainda o encargo para o período, em juros, no valor de 65.215,29€, que quando confrontado com o valor registado na rubrica 03.01 da tabela de desempenho orçamental de juros da dívida pública, na pág. 65, onde consta o valor de 69.280,66€, resulta numa diferença de 4.065,37€. Pergunto a que se deve esta disparidade? ---

Avançando para a pág. 67, aferimos um saldo global total de 755.351,35€, na rubrica D10, despesas com passivo financeiro. Ao confrontar esse saldo com o valor das amortizações totais, no valor de 659.582,99€ - pág. 59, na tabela onde constam os mapas de empréstimos obtidos – apuramos uma diferença significativa. Pedia-lhe que nos pudesse explicar o porquê? -----

14.
[Handwritten signature]

Na pág. 78, referente à execução orçamental, verificamos o valor total de 779.268,13€, na coluna de despesas pagas líquidas de reposições. Ora, confrontando o saldo do período anterior, mais o saldo do período corrente – isto é, a soma de 3.500€, mais 775.768,13€, dá um total de 779.682,62€, e não 779.268,13€. Gostaria que nos pudesse explicar também o porquê dessa diferença? -----

Continuando a análise, no balancete analítico lançado na conta 9, sendo este o instrumento que espelha os custos totais do Município, que se situa nas pág. 400 a 416, verificamos um saldo total de 11.283.276,16€, que não bate certo com o valor total de gastos, na pág. 378, onde consta o valor de 11.267.617,91€. Peço-lhe também que nos possa explicar a razão dessa diferença? - Como vem sendo hábito nos documentos apresentados por V. Exa. a este órgão, as contas não batem certo, ou como se diz na gíria, “não bate a bota com a perdigota”. Continuamos a assistir à incúria e à falta de respeito por esta Assembleia Municipal. Sr. Presidente, ao consultar a situação dos contratos, na pág. 5, verifica-se que foi efetuado um contrato com a empresa – isto da execução do Plano Plurianual de Investimentos – António José Baraças, após consulta prévia, para execução da empreitada de arranjos exteriores do Complexo Desportivo, no valor de 149.952,00€, que acrescido de IVA totaliza 158.949,12€. Acho estranho que esta obra nunca tenha sido mencionada nos seus relatórios escritos apresentados a esta Assembleia Municipal. O contrato foi assinado a 20 de julho de 2020, com o prazo de execução de cento e cinquenta dias, de acordo com a publicação na Base.Gov – ou seja, deveria estar concluída no final de 2020. Após consultar o Plano de Atividades Municipal e o Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2020, este investimento não consta nestes documentos previsionais, nem consta da única revisão orçamental efetuada no ano de 2020, presente a reunião da Assembleia Municipal, realizada a 29 de junho de 2020. -----

Tendo em conta que a empreitada de “aproveitamento do interior da bancada do Campo de Jogos Dr. Camilo Sobrinho”, adjudicada à empresa Biosfera Construções Unipessoal, Lda., por despacho do Sr. Presidente, datado de 22 de novembro de 2017, pelo valor de 149.000€, ficou inacabada, conforme consta na informação escrita de V. Exa., no Ponto n.º 8 da ordem do dia da última reunião deste órgão. Em 24 de novembro de 2019, foi feita a receção provisória parcial da obra, e dos trabalhos adjudicados só foram realizados 57.787,65€, cerca de 39% da totalidade da obra. A 1 de julho de 2020, foi efetuado estorno de 96.865,09€, valor com IVA, sendo o motivo descrito que vai ser lançado um novo procedimento. Qual a data do novo procedimento, o valor, o prazo de execução e a empresa a que foi adjudicada a obra? É que passados três meses e meio, no dia 19 de outubro de 2020, o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto deslocou-se a Torre de Moncorvo para a inauguração das instalações sob a bancada do Campo de Jogos Dr. Camilo Sobrinho, conforme publicação do Município. Como é possível que a obra não inscrita nos documentos previsionais de 2020 apareça agora na prestação de contas? Será

14.
Q

por esse motivo que estes mesmos documentos, publicados no site do Município, não estão legíveis? Só me foi possível aferir esta situação porque em março deste ano solicitei ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que me fossem remetidos o PAM e o PPI em formato legível. A ser verdade, constitui uma violação grosseira, não só da Legislação, do Código da Contratação Pública, como também da gestão municipal. Será que todos os que aprovarem favoravelmente esta prestação de contas não serão responsabilizados financeiramente pelo Tribunal de Contas?-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Quanto à questão levantada pelo Sr. Deputado Luís João, dizer-lhe que se formos ver a receita com a despesa, andaremos muito mais próximos de 1.000.000€ do que dos 500.000€, porque nós não cobramos as taxas, e uma série de coisas. Portanto, a partir daí, se fizermos o cômputo global da despesa e da receita, e se somarmos isso a um prejuízo, andamos com cerca de 1.000.000€, onde aparece também, obviamente, o Cineteatro, as piscinas, as feiras, as taxas de ocupação de via pública, uma série delas que foram transferidas todas, umas para apoios sociais, e as outras despesas de eventos, todas para o Covid. Nós, neste momento, ultrapassamos já 1.000.000€ - cerca de 1.100.000€. -----

Quanto às questões técnicas, eu poderia dizer que está aí uma grande trapalhada, umas coisas não têm a ver com a prestação de contas, está a misturar alhos com bugalhos. Mas, para responder tecnicamente, então tem aqui uma técnica que, melhor do que eu, o fará, e assim ficará certamente elucidado. -----

-----**A Técnica Superior Dr.ª Sónia Faustino:** Os documentos necessários e obrigatórios para a prestação de contas vêm enunciados na pág. 30 do relatório, num quadro-síntese onde estão todos os documentos obrigatórios para acompanhar a prestação de contas. -----

Não sei se relativamente a estes documentos que estão aqui, se há alguma dúvida que eu possa esclarecer. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Então, sendo assim, vamos dar uma segunda oportunidade aos Srs. Deputados de intervirem. Penso que é só o Sr. Deputado José Aires. Faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Mesa. -----
Realmente, não tive os esclarecimentos que solicitei, mas quem sabe, no futuro. -----

Como bem sabe, Sr. Presidente, a 21 de dezembro de 2020, a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo promoveu uma notícia, na sua página oficial de *Facebook*, dando conta da aprovação do Orçamento para o ano de 2021, no montante de 20.800.000€, sendo superior ao de 2020 em cerca de 1.000.000€. -----

Se é verdade que os valores correspondem ao que consta nos respetivos documentos previsionais de 2020 e 2021, não é menos verdade que a execução do Orçamento de 2020, a que agora temos acesso, ficou muito aquém do previsto. Do valor de 19.844.465€ previsto, foram executados em receita 13.021.119,93€, e na parte da despesa, o valor de 10.912.678,60€. Pese embora o esforço para aligeirar a parca execução orçamental em 2020, fica claro à vista de todos que a execução da receita foi de apenas 65,62% do montante inicialmente previsto, tendo a execução da despesa apresentado uma percentagem de 54,99%, muito aquém dos números faraónicos apresentados na previsão do exercício orçamental para 2020 a esta Assembleia, na reunião de dezembro de 2019, mas em consonância com a execução do orçamento do ano de 2019. Será que iremos assistir, num futuro próximo, a novo *post* no *Facebook* do Município com os verdadeiros números da execução orçamental do ano de 2020, e com a respetiva diferença de valores para o valor apresentado no Orçamento de 2021? É que, na realidade, o Orçamento executado não ultrapassou os 13.100.000€, sendo o documento aprovado para 2021 superior em cerca de 7.700.000€, e não em cerca de 1.000.000€, como é referido na notícia da autoria da própria Câmara Municipal. -----

Sr. Presidente, os números não mentem. É caso para afirmar “muita parra e pouca uva”. ----- Na reunião ordinária da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2020, a Câmara Municipal trouxe, no Ponto n.º 3, a 1.ª Revisão ao Orçamento da receita, ao Orçamento da despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos, onde foi efetuado um reforço de 16.994,61€ na despesa com investimento em equipamentos informáticos, rubrica 07.01.07. Foi mais um gasto a somar às centenas de milhares de euros gastos nesse setor, por parte deste Executivo, ao longo dos últimos sete anos e meio. Foi por isso que verifiquei, com total surpresa e estupefação, que a paginação deste documento foi feita à mão – ou como se diz na gíria “à unha”. Será devido à inexplicável falta de meios informáticos disponibilizados pelo Município? Estará a situação relacionada com a falta de *software*? Ou terá sido para justificar a resposta que me foi apresentada por parte do Sr. Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, em resposta ao Requerimento n.º 11/2021, onde alegou, e passo a citar: “*Relativamente ao requerimento do Sr. Deputado, referido em epígrafe, cumpre-me informar que não será possível realizar a consulta dos documentos solicitados nas datas indicadas pelo Sr. Deputado, uma vez que, devido à preparação de prestação de contas do Município, não temos um trabalhador disponível para acompanhar a sua realização.*” -----

1h.
Depois da resposta prestada pela Câmara Municipal ao requerimento por mim enviado, confesso que esperava nada mais, nada menos, que um documento imaculado na sua conceção e redação, o que não se verifica, pelo contrário, demonstrando uma vez mais a incúria na sua redação e desrespeito pelos membros desta Assembleia Municipal. -----

Proponho o adiamento para uma próxima reunião, de forma a serem apuradas as responsabilidades e corrigido o documento, para uma posterior análise e votação por parte deste órgão. Caso mantenha a intransigência de colocar o documento a votação, irei votar contra. ---
Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Só para não haver dúvidas, eu disse logo no início ao Sr. Deputado, e a todos os outros, que os mapas agora eram retirados – só se não quiser que fossem numerados. Parece que não ouviu. Mas, vamos dar-lhe as explicações todas que o senhor quer, e minuciosamente, com paciência para todos, mas tem que ser assim. -----
Faça favor. -----

-----**A Técnica Superior Dr.ª Sónia Faustino:** Relativamente ao valor do Orçamento, quando este é aprovado, toda a gente sabe que o Orçamento são valores previsionais, é um documento previsional. A sua execução é apurada no final do ano, e é apresentada nesta fase da prestação de contas. É um documento previsional, demonstra as previsões e intenções do Executivo para executar, que poderão vir a ser executadas, ou não. O orçamento é uma previsão; quanto à execução, são os valores reais executados. -----

Relativamente à paginação, os mapas que saem em suporte da aplicação informática da SNC não saem paginados. A paginação manual que nós fazemos é só para dar uma sequência ao documento, para depois as pessoas não se perderem relativamente aos mapas, é só isso, mais nada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Terminada a discussão do ponto, vamos passar à votação do Ponto n.º 4, Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2020. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea l) no n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação em vigor, apreciou o "Inventário de Bens, Direitos e Obrigações

Patrimoniais” e deliberou **por maioria**, com 19 votos a favor, 2 votos contra (dos deputados António Júlio Andrade e José Rodrigues Aires) e 3 abstenções (dos deputados António Júlio Sá Andrade, Fausto Edmundo Tiago e Maria Amélia Cabeleira), **aprovar a “Prestação de Contas do ano de 2020”**. -----

-----Estavam ausentes da reunião no momento da votação os Srs. Deputados Luís João Fernandes Dias e António Eduardo Teixeira de Carvalho. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----O **Presidente de Mesa**: Declaração de voto por escrito ou oralmente? Oralmente? Faça favor. -----

-----O **Deputado José Aires**: Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----

-----**Declaração de Voto**-----

Dadas as manifestas incorreções e incongruências detetadas na análise da prestação de contas de 2020, submetida por parte da Câmara Municipal a esta Assembleia, e os insuficientes esclarecimentos prestados, face à intransigência demonstrada pelos seus proponentes no adiamento da submissão do documento a votação, insistindo na mesma antes das necessárias correções, e deixando dúvidas sobre a solidez legal do documento, venho por este meio e pelos motivos acima referidos, justificar o meu voto contra neste ponto. -----

Obrigado. -----

-----O **Presidente de Mesa**: Obrigado, Sr. Deputado. -----

PONTO 5 — 1.ª REVISÃO: AO ORÇAMENTO DA RECEITA; AO ORÇAMENTO DA DESPESA E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----O **Presidente de Mesa**: Sr. Presidente, faça favor. -----

-----O **Presidente da Câmara Municipal**: Nesta revisão que trazemos, deveria ter sido em abril, por contingência do SARS-CoV-2 não foi possível, traz-se para a incorporação do saldo do ano

anterior, de cerca de 20.000€ no Orçamento atual, e também por ter sido dada entrada a uma nova obra, que tem a ver com aquilo que nós falámos, com o pavilhão para a Escola Visconde Vila Maior. E como não estava previsto, tivemos que dar aqui uma nova rubrica, que tem a ver com estas duas situações – por um lado, a incorporação do dinheiro de 2020 para o Orçamento de 2021, e possibilitar-nos ter uma rubrica para nos candidatarmos a um montante que deve orçar os 700.000€, que foi o rateio que houve da CIMDouro para proporcionar mais uma obra no Concelho de Torre de Moncorvo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Estão abertas as inscrições para os Srs. Deputados se pronunciarem sobre o Ponto n.º 5, 1.ª Revisão ao Orçamento de Receita, Orçamento de Despesa e Plano Plurianual. Uma vez que não há inscrições, passamos à votação. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação em vigor, deliberou **por maioria**, com 25 votos a favor e 1 abstenção (do deputado António Júlio Andrade) **aprovar a “1.ª Revisão ao Orçamento da Receita; 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 6 — CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2020.

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Aires** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos na mesma situação, é a primeira vez que estamos a consolidar as contas com o novo sistema do SNC-AP. E, portanto, temos aqui duas situações, duas que já consolidávamos no POCAL, que era o Laboratório Regional de Trás-os-Montes e a Gestão de Empreendimentos do Douro Superior, e pela primeira vez, com a Águas do Interior Norte, com o novo sistema que agora está em vigor, e que por via disso, trazemos também aqui à Assembleia Municipal. -----



-----**O Presidente de Mesa:** Ponto n.º 6, Consolidação das contas, os Srs. Deputados que pretendam intervir. Sr. Deputado José Aires, e penso que é só. Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----
Sendo a consolidação de contas para o ano de 2020, na sua essência, um reflexo da informação da execução orçamental vertida no documento de prestação de contas, solicito a V. Exa., em consonância com o requerido na intervenção por mim efetuada no Ponto n.º 4, o adiamento da apreciação e votação deste documento para uma próxima reunião da Assembleia Municipal. ---

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, não sei se a Câmara quer adiar a votação. Eu não vejo nenhum motivo para tal. -----
Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, como sabem, nós temos até 30 de junho para enviar para uma entidade competente, que é o Tribunal de Contas, e tanto uma, como a outra, foram certificadas pelos revisores oficiais de contas – nem foram pelos serviços da Câmara. E, portanto, estarão penso eu, capacitados para fazerem esse trabalho, pelo que nem vejo a necessidade, a não ser devido ao período que estamos a atravessar. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Segunda ronda de intervenções. Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----
Relativamente a essa questão, eu também tenho a noção de que este ano, excecionalmente – porque, por norma, e teve a ver com a introdução deste novo sistema, o SNC-AP, por norma, as contas tinham que ser trazidas na Assembleia de abril, e houve, este ano, também essa exceção, que deriva da norma do Orçamento de Estado, para que elas possam ser submetidas à Assembleia e aprovadas na reunião ordinária de junho. -----
Agora, isso não é motivo de justificação, porque se o senhor a levou a reunião de Câmara no final de maio, e se foram lá aprovadas, poderia ter trazido mais cedo, ou ser convocada esta Assembleia mais cedo, sabendo que é um documento complexo e que podia conter este tipo de situação, para poder ser marcada, por exemplo, uma Assembleia Extraordinária, a fim de elas serem realmente aprovadas antes do prazo legal definido. -----

14.
[Handwritten signature]



-----**O Presidente de Mesa:** Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente, dizer-lhe que, pela informação que eu tenho, as contas foram aprovadas no dia 14 de junho, e não em maio. Repare, depois marcar datas, etc., fica sempre um pouco apertado. -----

E outra questão, eu não vejo nenhum motivo para adiar, na minha perspetiva, mas a Câmara, se achar por bem – até para mais porque as contas são auditadas por uma sociedade de revisores oficiais de contas. -----

Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, como o senhor disse, e muito bem, as contas são auditadas, não é só por um grupo de revisores, é pelos vários das diversas entidades que aqui estão. E a Câmara tem sido parca em reuniões extraordinárias, para fazer face aos custos, para podermos diminuir o endividamento. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Terminado este ponto, vamos proceder à votação da consolidação de contas do ano de 2020. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, na sua redação em vigor, deliberou **por maioria**, com 23 votos a favor, 2 votos contra (*dos deputados António Júlio Andrade e José Rodrigues Aires*) e 1 abstenção (*do deputado Fausto Edmundo Tiago*), **aprovar a “Consolidação de Contas do ano 2020”**. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Declaração de voto? Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----

-----**Declaração de Voto**-----

“Dadas as manifestas incorreções e incongruências detetadas na análise da prestação de contas de 2020, submetida por parte da Câmara Municipal a esta Assembleia, já expostas por mim no Ponto n.º 4 desta reunião, e os insuficientes esclarecimentos prestados pelos seus representantes, tendo a noção de que a consolidação de contas para o ano de 2020 tem por base a contabilidade analítica do Município e as demonstrações orçamentais, mapas que se

encontram ilegíveis e que se situam entre a pág. 9 e 18 da documentação anexa ao ponto em discussão e votação, venho por este meio, e pelos motivos acima referidos, justificar o meu voto contra neste ponto. Obrigado". -----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado. -----

PONTO 7 — REQUERIMENTO DO DEPUTADO JOSÉ AIRES: 12/2021. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires** (PS) e **José Carlos Meneses** (Coligação PSD/CDS). -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Deputado, queira apresentar o ponto, se faz favor. -----

-----O Deputado **José Aires**: Obrigado. -----

Eu pedi o agendamento deste ponto, conforme podem ter verificado na documentação que receberam, em função também dos requerimentos que tinha apresentado, relativamente à geminação entre o Município de Moncorvo e o Município de Gournay-Sur-Marne, e respondendo também aqui ao desafio que o Sr. Presidente do Município me fez na última reunião.-----

Sr. Presidente, na passada reunião desta Assembleia Municipal, não poderia ter abordado este tema porque, por norma, as informações prestadas por parte dos responsáveis do Município vêm incompletas. E para sabermos um pouco mais sobre as atividades desenvolvidas no âmbito do protocolo de geminação celebrado entre os dois Municípios, nada melhor do que consultar a página do Município irmão. E aí, foi possível constatar a deslocação de uma comitiva municipal a Gournay-Sur-Marne, constituída pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-presidente, e respetivas esposas, que estiveram presentes na assinatura do ato dois do juramento de geminação entre os dois Municípios, de 13 a 15 de outubro de 2017. -----

Talvez por lapso ou esquecimento, na resposta ao meu Requerimento n.º 5/2021 não constava esta deslocação. Por esse motivo, tive que enviar novo requerimento – neste caso, o Requerimento n.º 9/2021 – cuja resposta faz parte dos documentos agora disponibilizados. E ficámos a saber que primeiro estiveram em Bruxelas, na Semana Europeia das Regiões, e conforme refere o Sr. Vice-presidente, aproveitando o facto de o Município gémeo se situar a cerca de trezentos quilómetros, fizeram a viagem de comboio, a expensas próprias, incluindo as refeições. -----

Tendo em conta a fatura apresentada, as estadias e viagens de avião foram pagas pelo Município, ficando estas por 485€ cada, totalizando 970€. Sr. Presidente, o que quer dizer “dois” entre parêntesis? Duas pessoas, ou viajaram em executiva? -----

1h
M
A
M

Em Bruxelas, a estadia saiu a cada um a 260€ por dia, e em Paris, 240€. Pelo que estive a consultar, estes preços dizem respeito a quarto para duas pessoas, com pequeno almoço. Sr. Presidente, para que não restem dúvidas, queira esclarecer esta Assembleia sobre as despesas que constam na fatura. E já agora, gostaria que informasse esta Assembleia a que viagens de comboio se referem as alíneas 5 e 6 da fatura apresentada. -----

Esta cerimónia foi previamente divulgada em Gournay-Sur-Marne e aberta ao público. Como se pode ver nas fotos, foram muito bem recebidos na Câmara Municipal, a sala estava cheia, houve lugar ainda a um momento musical, e à noite houve festa. É caso para dizer que sabem receber. Pelo contrário, o primeiro ato de geminação teve lugar em Torre de Moncorvo, a 2 de setembro de 2017. Na cerimónia pública referida na resposta dada pelo Sr. Vice-presidente, as poucas presenças no Salão Nobre dos Paços do Concelho são de alguns funcionários do Município, além dos elementos que integraram a delegação francesa. É de lamentar que a Assembleia Municipal não estivesse devidamente representada. Nós aqui ficamos a saber, depois do evento ter ocorrido, na publicação no *Facebook* do Município, no dia seguinte, a 3 de setembro de 2017. No protocolo de geminação assinado pelos dois Municípios, e passo a citar: *“Consideram de essencial importância que para lá do seu relacionamento, esta geminação permita o encontro entre as populações dos dois Municípios, designadamente através das suas associações representativas”,* e ainda *“a promoção de trocas económicas, culturais, sociais, educativas ou outras entre as populações dos Municípios.”* -----

Então, ficamos a saber no *site* da mairie de Gournay-Sur-Marne que, a convite do Sr. Vice-presidente, Victor Moreira, a Comissão de Geminação propôs aos Presidentes de Associações de Gournay-Sur-Marne acompanharem uma delegação para serem embaixadores de Gournay-Sur-Marne na Feira Medieval, que se realizou de 13 a 15 de abril de 2018, em Torre de Moncorvo.-----

Entre as respostas positivas de membros de associações que trabalham em diferentes áreas, foram selecionados oito candidatos, além da Associação Franco-Portuguesa, com quatro representantes eleitos. Em Torre de Moncorvo, visitaram as infraestruturas culturais e desportivas, bem como a Câmara Municipal, e é também dado conhecimento de que participaram numa reunião de trabalho no Estádio do Grupo Desportivo de Moncorvo, para contactarem com as associações locais para desenvolverem projetos futuros, e reportam ainda que, embora não tendo encontrado todas as pessoas competentes, as trocas de contactos foram realizadas. -----

Do lado francês, vieram representantes de nove associações, que reuniram nas instalações do Grupo Desportivo de Torre de Moncorvo, com representantes de três associações de Torre de Moncorvo, como podemos ver na informação prestada pelo Sr. Vice-presidente. Então, o Sr. Vice-presidente convidou as entidades de Gournay-Sur-Marne, e localmente, as entidades

congêneres não foram convidadas a estar presentes na referida reunião? Desde logo, não foi cumprido um dos princípios atrás citado do protocolo, o encontro entre as populações dos dois Municípios, designadamente através das suas associações representativas. -----

E nesse mesmo dia, no âmbito do protocolo de gemação, foi feito um convite formal ao GDM por parte da Associação de Futebol de Gournay-Sur-Marne, para participação num torneio de futebol de sete de antigos jogadores, a realizar-se em França. E para participar no dito torneio, o GDM pediu apoio à Câmara Municipal, que pagou as viagens, no valor de 3.070,19€. O Sr. Vice-presidente integrou a comitiva de quinze jogadores que se deslocaram a Gournay-Sur-Marne, no período de 29 de junho a 2 de julho de 2018. O evento foi divulgado pela Câmara da cidade francesa, descrevendo as várias atividades que iriam ter lugar, e dando conhecimento à população para poder assistir e participar. -----

Mas, Sr. Presidente, a alguns que integraram a comitiva não se lhes conhece qualquer atividade como jogadores do GDM, tanto no passado, como no presente. Mais parece que o critério de escolha teve a ver com o perímetro abdominal. O que vale é que na comitiva ia um médico, um enfermeiro e um bombeiro, para o caso de acontecer alguma ocorrência, face ao esforço físico desenvolvido. -----

No *site* do Município de Torre de Moncorvo foi dado conhecimento, a 9 de julho, desta deslocação do GDM a Gournay-Sur-Marne, e ainda da inauguração da placa alusiva à gemação, com publicação de uma foto com o Maire de Gournay-Sur-Marne e o Vice-presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo. E também ficámos a saber que se desenrolou uma reunião com o Conselho Municipal de Juventude de Gournay-Sur-Marne, onde se debateram temas sobre a integração da juventude e a possibilidade de intercâmbio no âmbito do protocolo assinado. -----

Pelas fotos publicadas pela mairie de Gournay-Sur-Marne, estiveram nessa reunião o Sr. Vice-presidente, que é o Presidente do Conselho Municipal da Juventude de Torre de Moncorvo, e o deputado José Meneses, que é o representante da Assembleia Municipal, por parte do PPD/PSD. Espera-se que a reunião tenha sido proveitosa. Esta Assembleia gostaria de saber as conclusões e desenvolvimentos posteriores. É que localmente não há notícias do Conselho Municipal de Juventude de Torre de Moncorvo. -----

Bem, se por cá não se vislumbra qualquer atividade desenvolvida pelo Conselho Municipal de Juventude, pelo menos ficamos a saber que vão reunir a França. -----

A 25 de janeiro de 2019, por delegação do Presidente da Câmara, o Sr. Vice-presidente deslocou-se a Gournay-Sur-Marne para participar numa cerimónia oficial, custando a viagem de ida e volta 146,16€. Que cerimónia foi esta, e qual a importância da presença do Sr. Vice-presidente? -----

Segundo notícia publicada no *site* do Município de Torre de Moncorvo no dia 4 de julho, esteve em Moncorvo, de 29 de junho a 1 de julho de 2019, a convite do GDM, uma comitiva de vinte e dois atletas da Associação de Futebol de Gournay-Sur-Marne, para participar num torneio de futebol de sete. Mais uma vez, ficamos a saber depois de o facto ter ocorrido. E as despesas com a alimentação dos atletas de Gournay-Sur-Marne foram suportadas pelos atletas que estiveram presentes e que representavam o GDM, conforme informação escrita do Sr. Vice-presidente. -----

A 2 e 3 de novembro de 2019, veio a Moncorvo o Vice-presidente da mairie de Gournay-Sur-Marne para participar no descerramento da placa alusiva à gemação e para a inauguração do Memorial dos Combatentes da Grande Guerra, e de 9 a 12 de novembro de 2019, deslocaram-se a Gournay-Sur-Marne o Presidente e o Vice-presidente da Câmara de Moncorvo, novamente acompanhados das respetivas esposas, para participar no segundo aniversário da gemação e nos eventos que constam do programa convite. -----

Tendo em conta a Legislação referida pelo Sr. Vice-presidente, a representação do Município é uma competência própria do Presidente da Câmara, que designa o Vice-presidente, a quem, para além de outras funções que lhe sejam distribuídas, cabe substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos. Por duas vezes, o Sr. Presidente entendeu, atenta a importância de algumas iniciativas previstas, que a representação institucional fosse assegurada também pelo Vice-presidente. Ora, como o Sr. Presidente não faltou nem esteve impedido de representar o Município, como justifica a dupla representação? Quais as iniciativas cuja importância o Sr. Presidente entendeu também ser necessária a presença do Sr. Vice-presidente? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, obrigado. Cumprimento a todos, o Presidente da Mesa da Assembleia, os Srs. Deputados, estimado público, os meus colegas da Vereação, e os restantes funcionários. -----

Quando debatemos este assunto, nós tínhamos de alguma forma, a curiosidade de saber quais eram os motivos que o Sr. Deputado José Aires apresentava para remeter este requerimento.-- Evidentemente que nós sabemos qual é o fundamento disto tudo, não vamos escamotear, sabemos perfeitamente qual é o interesse disto tudo. -----

Todos os documentos pedidos por V. Exa., foi-lhe dada resposta escrita, com todos os pontos que V. Exa. solicitou. E acho que é isso o ponto fulcral, com certeza, da sua intervenção e do seu pedido, deverá ser com certeza o motivo de as nossas esposas nos terem acompanhado. É assim que vejo, e está claro para toda a gente. As nossas esposas acompanham-nos a título particular, evidentemente, e se por acaso houver alguma dúvida – não pus nos documentos

anexos, mas se tiver alguma dúvida, mostrarei as faturas inerentes a tais deslocações e estadias pagas por mim, e no caso do Sr. Presidente, pagas por ele, pelo Sr. Presidente, a título particular.-----

Em relação às reuniões que, entretanto, houveram, cá, quando se realizaram no Complexo do Grupo Desportivo de Moncorvo, e tendo em conta que nós não temos nenhum museu particular, como tem Gournay-Sur-Marne, não temos uma Associação de Combatentes como tem Gournay-Sur-Marne, limitamo-nos a convocar e a convidar aqueles representantes das associações que mais diretamente poderiam corresponder com as de Gournay-Sur-Marne. Portanto, é a explicação de não estarem mais, estava a Associação de Comerciantes – que, infelizmente, não podia estar, porque o Sr. Francisco Braz, na altura, esteve doente – esteve a Associação de Municípios, por candidaturas, estiveram as associações que estavam presentes, como fala no requerimento, e as que puderam estar. E esteve, a nível particular, porque também não tínhamos nenhuma associação de ciclismo cá em Moncorvo, e convidámos uma pessoa que normalmente faz a organização desses eventos, e convidámo-lo para estar presente, para poder de alguma forma apoiar. -----

O convite endereçado ao Grupo Desportivo de Moncorvo diz-lhes a eles respeito. Os atletas escolhidos para se deslocarem a Gournay-Sur-Marne, com certeza se for sócio do Grupo Desportivo de Moncorvo, provavelmente numa futura Assembleia poderá colocar essa situação, e eles esclarecerão qual o critério utilizado para levar estes atletas, se foi pelo perímetro abdominal, se foi pela qualidade. Eu penso que todos ali, de alguma forma estiveram ligados ao GDM, ou em camadas jovens, ou noutra escalão, jogaram no Grupo Desportivo de Moncorvo, ou integraram os órgãos sociais. Não sei, não nos diz respeito. A mim, enquanto membro da Câmara Municipal, não me diz respeito. Mas, numa futura oportunidade que V. Exa. possa ter, numa Assembleia do Grupo Desportivo de Moncorvo, provavelmente poderá colocar, e será respondido em consonância com isso. -----

As atividades, quando vieram cá, vieram cá também os atletas de Gournay-Sur-Marne, a convite do Grupo Desportivo de Moncorvo. A única despesa que tivemos foi uma refeição que pagámos, de uma recepção de boas-vindas, e foi pública. Os elementos desta comitiva ficaram a pernoitar nas instalações do GDM, as despesas de alimentação foram todas assumidas pelos atletas que foram convidados pelo GDM, alguns dos quais que não tiveram a oportunidade de ir a Gournay-Sur-Marne, e estiveram presentes cá no torneio, em Moncorvo, alguns que também não tendo podido ir aos jantares, e contribuíram também de alguma forma, na participação das despesas. Os atletas escolhidos, mais uma vez, não me cabe a mim, como deve compreender, falar e opinar sobre esse critério. -----

Na questão de que esteve representado, ou não esteve representado, o Sr. Deputado aqui presente, José Meneses: na altura foi-me feito um convite para uma reunião de trabalho da

13.


Comissão Municipal de Juventude, e tenho a dizer que a Comissão Municipal de Juventude lá é um pouco diferente do que é aqui, são eleitos e têm um organismo à parte, que não está integrada, não depende da Assembleia deles, nem depende da Câmara Municipal, é um órgão que é eleito pelos parceiros deles, evidentemente, não é com a denominação nem com o estilo de trabalho que nós temos aqui em Portugal, e concretamente em Torre de Moncorvo. -----

Como eu dizia, o Sr. José Meneses não esteve na reunião em representação como deputado do PSD, nem como Chefe de Gabinete. Aproveitei o facto de estar presente o Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Moncorvo, que não foi nessa qualidade que ele foi – penso eu – que foi convidado como atleta, estava lá como atleta, para o convocar para estar presente na reunião. Achei por bem fazer-me acompanhar por mais alguém, e achei que a pessoa mais indicada, de todos os elementos que lá estavam, seria o Sr. José Meneses. -----

Debatemos várias coisas, até porque nós também desconhecíamos o funcionamento, aquilo foi mais um trabalho de como é que se processava a escolha da Comissão Municipal da Juventude cá em Portugal, e como é que eles procediam, dessa forma. O intercâmbio é feito não diretamente pela Comissão Municipal de Juventude, mas sim pelo próprio Município, à exceção de algumas associações, porque nós não temos um órgão representativo do nosso Conselho Municipal de Juventude, é evidente que tem que ser através do Município, não pode ser conforme eles têm. À exceção de algumas associações, como é o caso da Associação de Futebol de lá, como também aproveito aqui para avançar, porque é uma possibilidade da vinda, e que já está a ser preparada uma comitiva de cinquenta e tal pessoas que vêm de Gournay-Sur-Marne a Moncorvo, não a nosso convite, mas por decisão própria, com vinte e cinco ciclistas, acompanhados das suas esposas e familiares, e que virão estar aqui no último fim de semana de maio do próximo ano, e que ficarão hospedados na Quinta da Terrincha, e que haverá alguma contribuição da nossa parte, com certeza, na deslocação do Pocinho para a Quinta da Terrincha, e da Quinta da Terrincha para o Pocinho. -----

Mas, são estas iniciativas que nestas reuniões por vezes se fazem, e com a promoção do nosso território em Gournay-Sur-Marne, que se promove e que haja um desenvolvimento na parte do turismo. Aqui não temos associação de ciclismo, criada em Torre de Moncorvo, há uma associação cultural que tem também essa incumbência da parte do ciclismo, e que irá ser convidada, provavelmente, depois das eleições. Estas atividades serão com certeza transmitidas para o novo Executivo, e eles procederão em conformidade, quem é que deve, nessa altura, coordenar a visita de Gournay-Sur-Marne a Torre de Moncorvo, por altura do final de semana de maio, em que virão cá, como disse, a promover o nosso território, a promover o nosso turismo, e que muita falta nos faz. -----

Não sei se há alguma dúvida que o Sr. Deputado possa ter, como disse, em relação às deslocações da minha esposa e da esposa do Sr. Presidente, alguma coisa em concreto que

você queira ver esclarecida, para além dos documentos que tenho aqui, de despesa, como referi, pagas por mim e pelo Sr. Presidente, se houver alguma dúvida que esteja a incomodá-lo, faça o favor de dizer, que terei todo o gosto de esclarecer. -----

Obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, pretende intervir, ou algum Sr. Deputado? Faça favor, Sr. Deputado. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. -----

Agradecer desde já os esclarecimentos que foram prestados pelo Sr. Vice-presidente. -----

Sr. Presidente, tal como os representantes autárquicos, todos os membros desta Assembleia Municipal foram eleitos democraticamente pelos eleitores do concelho, confiando-lhes o exercício das atribuições e competências legalmente acometidas a este órgão, nomeadamente acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara Municipal (alínea a) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). -----

É por esta determinação legal que o Executivo está sujeito ao escrutínio por parte desta Assembleia. É a Lei que confere a este órgão, e a qualquer um dos seus membros efetivos, essa competência. -----

No Município gémeo, as regras são claras e publicadas nos meios digitais, tal como deve acontecer num regime transparente e democrático. As entidades e as pessoas são envolvidas, participando ativamente nas atividades promovidas pelo Município. Já no Município de Torre de Moncorvo, as notícias são publicadas com os verbos conjugados no passado, só ficamos a saber depois de os eventos terem ocorrido. -----

Em entrevista ao Mensageiro de Bragança, em 28 de novembro de 2013, no início do seu primeiro mandato, questionado sobre o Grupo Desportivo de Moncorvo, dizia o Sr. Presidente que *“uma instituição centenária como o GDM terá que continuar, mas com o conceito que este Executivo tem. Toda a gente sabe que eu apoio o fomento desportivo, dentro de regras e com clareza. As pessoas têm de saber com o que contam desde o início. A partir daí, as regras são iguais para todos.”* E referia ainda: *“Temos de reduzir os gastos que entendemos supérfluos para nos adaptarmos às condições em que vivemos.”* -----

Desde 2015 até fim de 2020, foram transferidos para o GDM 317.736,85€, valor que já inclui o custo dos bilhetes de avião da deslocação a Gournay-Sur-Marne. Este ano, está previsto no orçamento a quantia de 80.000€, perfazendo o total de 400.000€ de financiamento do Município a esta associação desportiva. -----

Por isso, pergunto-lhe, Sr. Presidente, quais as atividades desenvolvidas pelo GDM que justifiquem tais valores, qual o conceito que este Executivo tem para garantir a continuidade do

M.
[Handwritten signature]

GDM, quantos atletas federados tem e quantos títulos conquistou nos últimos sete anos. Ou será que o GDM está reduzido à triste situação de barriga de aluguer? -----

Sr. Presidente, com as explicações dadas, não percebi onde se enquadram as esposas, acompanhantes dos membros do Executivo nas deslocações efetuadas. Esta geminação mais parece um programa de escapadinhas românticas e excursões para seniores. -----

Disse. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Carlos Meneses:** Boa tarde. -----

A título informativo, fui convidado, na altura, pelo Grupo Desportivo de Moncorvo, para integrar a comitiva que foi a Gournay-Sur-Marne. O antigo Presidente do GDM, que é o pai do Sr. Deputado José Aires, poderá confirmar se são ou não são todos atletas, ou não foram atletas do GDM, eu fui um atleta do GDM, jogava a titular, e, de facto, nós fomos e integrámos essa comitiva para um jogo amigável – até era um jogo amigável, supostamente – e quando chegámos lá, era uma maratona de oito equipas, e da qual fomos à final. Perdemos porque fomos roubados, senão traríamos a taça para Moncorvo. -----

Só uma curiosidade: a parte das dormidas – que acho que o Sr. Vice-presidente não disse – nem pensão, nem hotel era; era uma escola primária, e dormimos em uns colchões, e muito bem, não houve problema nenhum em relação a isso. -----

Agora, se calhar, faltou, no passado, uma maior fiscalização da utilização de meios públicos para fins pessoais, nomeadamente férias, veículos, etc. -----

Tenho dito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado. -----

Eu acho que esta não vai ser a última Assembleia Municipal, mas foi a da política mais rasteira que alguma vez vi. E, portanto, Sr. Deputado, tem aqui o que eu paguei por a minha esposa ir comigo. E como sempre digo, quem aponta dois dedos, fica com três a apontar para ele próprio, e digo-lhe já isto: apresente a sua fatura no Cantinho dos Reis, com a sua esposa, e com o funcionário Alberto, para não lhe contar outras, porque o senhor sabe muito bem. Mas, há uma diferença entre nós os dois: até pela altura, não jogo rasteiro, como o senhor. E, portanto, onde chegou foi à visita da minha esposa e da do Sr. Vice-presidente, foi tudo pago por nós. O senhor pode dizer a mesma coisa, em muitas viagens? Pode? Cuidado, não lhe caia um braço. A sua sorte é que não chega ao altar. -----



-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, tomou conhecimento. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----**O Presidente de Mesa:** Passamos ao terceiro ponto, Período de intervenção do público. Temos o Sr. Diogo Miguel Tomás de Oliveira para intervir. Tem cinco minutos, se faz favor. -----

-----**O Município Diogo Miguel Tomás de Oliveira:** Bom dia a todos os presentes. -----

Antes de mais, começo por agradecer a oportunidade em me dirigir a esta Assembleia, e desta forma, começo por cumprimentar o Presidente da mesma e os restantes elementos da Mesa, cumprimento todas e todos os deputados, o Executivo Municipal, as Presidentes e os Presidentes de Junta, os Srs. Funcionários e o público. -----

Chamo-me Diogo Miguel Oliveira, e sou Presidente da Juventude Socialista de Torre de Moncorvo. Solicitei a presente intervenção, de forma a questionar o Sr. Presidente do Município, estendendo a questão ao Sr. Presidente do Conselho Municipal da Juventude e Vice-presidente, sobre o porquê de ainda não ter obtido uma resposta ao ofício enviado pela Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Militantes da Juventude Socialista de Torre de Moncorvo, no dia 8 de abril de 2021, por carta registada e por e-mail, onde é dado conhecimento da eleição decorrida em 20 de dezembro de 2020, na qual fui eleito Presidente da estrutura da Juventude Socialista de Torre de Moncorvo, passando a ter assento no respetivo órgão, de acordo com a alínea h) do art.º 4.º do Capítulo II da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro. -----

Saliento que não se encontra disponível no site do Município qualquer informação relativa ao Conselho Municipal da Juventude, sejam informações, atas, ou regulamento ou regimento do CMJ, e embora tenha sido solicitado o seu envio naquele ofício, até ao presente momento ainda nada foi obtido por mim. -----

Questiono ainda o motivo ou motivos pelos quais nos relatórios de apreciação da atividade municipal e informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, enviados à Assembleia Municipal durante este mandato de 2017-21, não consta a qualquer referência a reuniões ou atividades realizadas pelo CMJ, ou no seu âmbito. -----

Demonstro preocupação com esse facto, e ao mesmo tempo estupefação com o facto agora referido na intervenção no Ponto n.º 7 desta reunião, onde é dado conhecimento da reunião de alguns membros do CMJ de Torre de Moncorvo com o CMJ de Gournay-Sur-Marne, em França.- Questiono o porquê de não reunirem localmente. -----

Por fim, questiono como, onde e de que forma posso ter acesso às atas e ao regulamento ou regimento do CMJ, e quando pensa o Sr. Presidente reunir para discutir políticas de juventude que possam não só contribuir para o desenvolvimento do concelho, mas não menos importante, possam aferir e minimizar os impactos da crise económica e sanitária que tem afetado em particular esta faixa etária. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado. Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente da Juventude Socialista, é um gosto conhecê-lo. De certeza absoluta que passamos um pelo outro na rua, mas não o conhecia mesmo, e o lapso será meu, porque é difícil, em Moncorvo, não nos encontrarmos, e estarmos aqui diariamente, como sabe. -----

Não houve nenhuma reunião dos Conselhos de Juventude em França, pelo que ouvi aqui dizer, deve ter sido um lapso. Mas, deixe-me só ler-lhe o que é que recebemos: -----

"Exmo. Sr. Presidente da Juventude Socialista de Torre de Moncorvo: -----

Encarrega-me o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo de responder ao solicitado na sua mensagem de correio eletrónico de 25 de junho de 2021, informando que com o Ofício n.º 381/2021, de 22 de abril, foi dada resposta ao vosso ofício, com a referência n.º 1/2021. Mais se informa que o referido ofício remetido para a morada da vossa sede veio devolvido pelos CTT, com indicação de nova morada / não tem caixa de correio." -----

Eu vou fazer, sobre os CTT, uma menção, para nos dizerem onde é a caixa de correio da Juventude Socialista, teremos todo o gosto em convidá-lo, para quando houver o Conselho Municipal da Juventude, tem é que nos dizer onde é que é. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

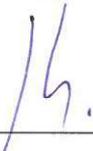
-----**O Presidente de Mesa:** Terminado o período da ordem do dia, iríamos passar à minuta da ata. -----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Antes de nos despedirmos, não sei se será a última Assembleia deste mandato, pois fala-se que as eleições autárquicas serão no dia 26 de setembro, e não sei o que irá acontecer até lá. Se porventura for a última, desejar-vos a todos as maiores felicidades pessoais, e tudo de bom para todos. Se não for a última, em setembro cá estaremos. -----
Obrigado a todos, e uma boa tarde. -----

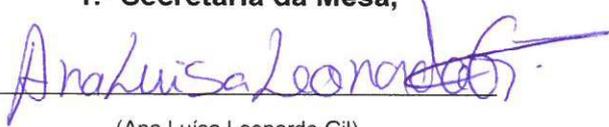
-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



(Luís Mirândia Rei)

1.ª Secretária da Mesa,



(Ana Luísa Leonardo Gil)

2.ª Secretária da Mesa,



(Lucinda João Afonso Carpinteiro)